



PRECE   
Previdência



RELATÓRIO ANUAL  
**2014**

# MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O maior desafio enfrentado pela PRECE e as Entidades representativas dos participantes ativos e assistidos, em 2014, foi encontrar solução para resolver a questão do desequilíbrio crescente dos planos PRECE I e II, que ameaça severamente a saúde financeira e a continuidade desses planos de benefícios. Para se ter ideia de tal situação, verifica-se no Plano PRECE I insuficiência patrimonial da ordem de R\$ 379,2 milhões, registrada nas Notas Explicativas do Balanço de 2014. O dilema é o seguinte: ou patrocinadoras e participantes pagam a contribuição extra determinada, necessária ao equilíbrio, que é muito alta, cuja cobrança está impedida até o presente por força de liminar da Justiça, ou os benefícios serão pagos até findar os recursos. Isso representaria a exaustão dos patrimônios desses planos, deixando ativos, aposentados e pensionistas dos planos PRECE I e II à mercê dos acontecimentos.

Depois de longa negociação envolvendo patrocinadoras, PRECE e Entidades representativas dos participantes, com a mediação da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem – CMCA / PREVIC, chegou-se ao consenso de que a melhor opção seria a reabertura da migração dos planos PRECE I e II para o Plano CV. Com o Termo de Acordo assinado entre a PRECE, as Entidades e a Previc, estará aberta uma nova chance aos participantes migrarem para o Plano CV, ou permanecerem nos planos de origem, arcando com as consequências previsíveis e inevitáveis. Espera-se e que os detentores dos planos PRECE I e II reflitam sobre a nova oportunidade e façam a melhor opção a seu critério.

Como se não bastasse a instabilidade do mercado, a economia foi afetada pelo cenário internacional de recessão na Europa e incertezas quanto ao desempenho de atores como Estados Unidos e China, com reflexos diretos no Brasil. Mesmo com tantos altos e baixos no setor econômico, a PRECE conseguiu rentabilidades favoráveis diante das metas previstas nos planos de benefícios e ganho real nos investimentos do PRECE III, em relação à inflação. Isto, graças à revisão de estratégia adotada pela PRECE, com a redução da exposição em Renda Variável para privilegiar aplicações financeiras em outros segmentos, principalmente em Renda Fixa, com garantia de maior retorno.

Outra ação que merece registro foi a modernização do estatuto, aprovada pela Previc, reduzindo de cinco para quatro diretorias a composição da Diretoria Executiva. Com a alteração, obteve-se redução de custos, além do aumento da representatividade dos participantes na gestão da PRECE, uma vez que a nova Diretoria Administrativa e Financeira será ocupada por um diretor eleito pelos participantes.

Como o caro leitor pode notar, muito se fez em 2014, e há muitos desafios para os próximos anos. Para superá-los, serão necessários o empenho e a colaboração de todos, sejam profissionais da PRECE, órgãos colegiados, patrocinadoras e principalmente você, participante, razão maior da existência da PRECE.

Saudações  
Nelson Martins Portugal

# MISSÃO

Oferecer soluções criativas na administração de Planos de Previdência Privada.

# VISÃO ESTRATÉGICA

Ser reconhecida como referência nacional dentre as Entidades Fechadas de Previdência Privada multi-patrocinadas.

# PRINCÍPIOS

- Satisfação do cliente.
- Credibilidade.
- Transparência e Participação.
- Sustentabilidade Empresarial.
- Busca da Excelência.
- Responsabilidade Sócioambiental.

<b>DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>	<b>5</b>
<b>DIRETORIA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>5</b>
<b>DIRETORIA DE SEGURIDADE</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E PARECERES</b>	<b>6</b>
<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2014</b>	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>7</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA</b>	<b>7</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>8</b>
<b>DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>19</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO PGA</b>	<b>21</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PRECE I E II</b>	<b>21</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL - PRECE I</b>	<b>21</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL - PRECE II</b>	<b>22</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL - PRECE I</b>	<b>22</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL - PRECE II</b>	<b>22</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT - PRECE I</b>	<b>23</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT - PRECE II</b>	<b>23</b>
<b>PARECER ATUARIAL PRECE I</b>	<b>24</b>
<b>PARECER ATUARIAL PRECE II</b>	<b>26</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANOS PRECE I E II</b>	<b>29</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE III (CD)</b>	<b>30</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL - PRECE III</b>	<b>30</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL - PRECE III</b>	<b>30</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT - PRECE III</b>	<b>30</b>
<b>PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE III (CD)</b>	<b>31</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE III (CD)</b>	<b>33</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE CV</b>	<b>34</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL - PRECE CV</b>	<b>34</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL - PRECE CV</b>	<b>35</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT - PRECE CV</b>	<b>35</b>
<b>PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE CV</b>	<b>35</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE CV</b>	<b>38</b>
<b>PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>40</b>
<b>ALTERAÇÃO NO ESTATUTO</b>	<b>40</b>
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>41</b>
<b>PARECER E VOTO ANUAL DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>42</b>
<b>DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO</b>	<b>43</b>

# SUMÁRIO

# DIRETORIA EXECUTIVA



**NELSON MARTINS PORTUGAL**  
DIRETOR PRESIDENTE



**PAULINO CABRAL DA SILVA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



**MILTON LUIS DE ARAÚJO LEOBONS**  
DIRETOR DE INVESTIMENTOS



**JOPER PADRÃO DO ESPÍRITO SANTO**  
DIRETOR DE SEGURIDADE

# CONSELHO DELIBERATIVO

## MEMBROS EFETIVOS NOMEADOS

### **PRESIDENTE:**

José Eduardo Albano do Amarante

Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira  
Daisy Cristina de Alvarenga Menezes

## MEMBROS EFETIVOS ELEITOS

Roquiran Miranda Lima  
Sidney do Valle Costa  
Maria de Fatima Santos Guerbatin

## MEMBROS SUPLENTE NOMEADOS

Renato Lima do Espírito Santo  
Sidney Werneck dos Santos  
Sergio Henrique Rodrigues da Silva

## MEMBROS SUPLENTE ELEITOS

José Augusto Alves de Souza  
Edílson Corrêa Filho  
Manoel Francisco da Silva Junior  
*(Falecido em 14/04/2013)*

# CONSELHO FISCAL

## MEMBROS EFETIVOS ELEITOS

### **PRESIDENTE:**

Ana Maria de Freitas

José Costa Neto

## MEMBROS EFETIVOS NOMEADOS

Orlando Eduardo Bezerra  
Eduardo Freire da Silva Vargas

## MEMBROS SUPLENTE ELEITOS

Leila Silva dos Santos  
Oswaldina Cordeiro da Costa Mattos

## MEMBROS SUPLENTE NOMEADOS

Altecyr Sodré Villaça  
Aloysio Gomes Feital Filho

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A PRECE Previdência Complementar promoveu alteração no estatuto, com o objetivo de modernizar sua gestão. A mudança foi aprovada, em julho de 2014, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador dos fundos de pensão. Com essa modificação, ocorreu a fusão das diretorias Administrativa e Financeira. Assim, a Diretoria Executiva passou a ser composta pelo diretor-presidente e diretores Administrativo e Financeiro, de Seguridade e de Investimentos. Na prática, representou redução de custos e maior representatividade dos participantes na condução dos destinos da PRECE, já que o cargo é exercido por membro eleito por eles.

A Diretoria Administrativa e Financeira está atenta à situação dos planos PRECE I e II, uma vez que eles acumulam insuficiência patrimonial – no caso do PRECE I, é algo em torno de R\$ 379,2 milhões. Aliás, o diretor dessa pasta também participa efetivamente do Movimento em Defesa da CEDAE, CAC e PRECE, como representante do SENGE, a fim de viabilizar, junto à Previc, alternativa para a migração dos participantes dos planos PRECE I e II para o PRECE CV.

## DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

O cenário econômico do país, em 2014, foi bastante nebuloso, em função do período eleitoral, do aumento das taxas de juros, da trajetória ascendente do dólar e da queda da Bolsa de Valores, pelo terceiro ano consecutivo. As incertezas econômicas ultrapassaram os limites do Brasil. A Europa não conseguiu vencer o quadro recessivo, o comportamento dos Estados Unidos ao longo do ano foi duvidoso, quanto à taxa de juros e estímulos ao crescimento econômico, acompanhado de perto pela China – a maior economia emergente do mundo. Esses movimentos tiveram reflexos negativos no mercado brasileiro. Apesar disso, as rentabilidades dos planos PRECE foram positivas e superiores à média obtida pelos fundos de pensão, 7,07%, segundo a Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Mesmo com a instabilidade econômica, a PRECE, que administra um patrimônio de R\$ 2,2 bilhões, conseguiu proteger seus investimentos em relação à inflação e ainda obter ganho real. O acerto foi possível, graças à habilidade ao traçar a estratégia de investimento mais adequada visando minimizar os riscos e a volatilidade dos ativos. Para tanto, reduziu aplicações em bolsa de valores (ações) e em ativos de maior risco, resgatando totalmente os recursos aplicados

## DIRETORIA DE SEGURIDADE

Em 2014, a PRECE Previdência Complementar e entidades representativas de participantes ativos e assistidos não pouparam esforços nas negociações para viabilizar, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador dos fundos de pensão, a alternativa para a migração de participantes dos planos PRECE I e II para o Plano CV. Esse esforço encontrou eco nas patrocinadoras CEDAE, CAC e na própria PRECE, que têm consciência do agravamento da situação decorrente da insuficiência patrimonial desses planos.

O problema foi acirrado depois dos processos impetrados por entidades sindicais e de liminar concedida pela Justiça do Trabalho, que impede aporte de contribuições necessárias para saldar os compromissos dos planos. Mesmo com a liminar em vigor, a PRECE continua honrando o pagamento dos benefícios, que alimenta a insuficiência financeira crescente dos planos PRECE I e II.

Inicialmente, após o término do processo de migração, ocorrido em 2011, três sindicatos ingressaram na Justiça do Trabalho questionando a responsabilidade atribuída aos participantes quanto ao pagamento das contribuições extraordinárias. Ao longo de sua tramitação, essas ações foram reunidas e remetidas à 14ª Vara Cível. No desenrolar desse processo, o sindicato de Niterói não só retirou a questão da Justiça, como

Em 2014, a diretoria prosseguiu com a qualificação do quadro de profissionais da PRECE dentro do programa de educação continuada, visando aperfeiçoá-lo. Tanto assim, que aumentou a presença da PRECE em seminários da Anapar e da Abrapp e contabiliza cinco colaboradores cursando MBA na UniverCedae, parceria que a Entidade mantém estimulada pela patrocinadora com a Fundação Getúlio Vargas. E, mais: o titular da Diretoria Administrativa Financeira obteve certificação específica exigida legalmente para dirigentes de fundos, concedida pelo Instituto de Certificação dos Profissionais em Seguridade Social (ICSS). Dessa forma, a PRECE completa o quadro de membros da Diretoria Executiva certificados.

A manutenção predial também mereceu atenção, com o intuito de melhorar o funcionamento das instalações e o conforto dos participantes que frequentam a sede. A PRECE investiu recursos numa nova ligação de energia, da concessionária Light, tornando-se independente da atividade do prédio ao lado, que pertence à patrocinadora CEDAE.

em fundos de investimentos em ações Rio Dourado e First Value e no Fundo de Investimento Multimercado Tinguá. O montante obtido com os resgates foi alocado na carteira de Renda Fixa, principalmente na aquisição de títulos públicos federais.

A estratégia adotada rendeu bons frutos, os planos PRECE I e II renderam 12,37%, índice acima da meta atuarial estabelecida de 12,35% (INPC + 5,75%). Contudo, convém destacar que, apesar disso, os recursos garantidores totais (disponíveis para pagamento de benefícios) desses planos são suficientes apenas para honrar compromissos por curto horizonte de tempo.

O Plano PRECE III também conseguiu boa performance, registrando rentabilidade de 11,12%, patamar superior ao índice de referência, 10,76%, que é a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) – taxa de juros usada nas operações entre bancos, utilizada no mercado financeiro como parâmetro de desempenho para fundo de Renda Fixa e o Depósito Interbancário (DI). O PRECE CV gerou rentabilidade de 11,32% e seus recursos garantidores obtiveram crescimento positivo de 0,54%, em relação a 2013.

também foi signatário do acordo firmado com a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc – CMCA, que prevê a abertura do Plano PRECE CV, a fim de receber os participantes dos PRECE I e II que venham a decidir pela migração desses planos de origem para o referido Plano CV.

Não resta a menor dúvida de que deve haver urgência e interesse de todas as partes em caminharem juntas, no sentido de conscientizar participantes dos dois planos de origem sobre a real necessidade de se encontrar vias adequadas de solução que possibilitem ativos, aposentados e pensionistas a continuarem tendo suas expectativas atendidas.

Quanto aos demais planos, o PRECE CV manteve sua dinâmica e os resultados expressos em balanço resultam da situação adversa demonstrada pelo mercado financeiro em 2014. Já o PRECE III teve sua linha de financiamento a participantes ajustada para melhor atender os mutuários, permitindo amortizar os empréstimos em dez parcelas. A medida foi possível graças ao aumento do montante capitalizado pelo plano, fruto, principalmente, do ingresso crescente de novos participantes. Isso permite antever melhorias futuras, à medida que empregados da CEDAE percebam as qualidades desse plano e a ele façam adesão em número crescente e sempre espontaneamente.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E PARECERES

## BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2014

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO		
ATIVO	Exercício	Exercício
	2014	2013
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>5.459</b>	<b>3.655</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>2.389.083</b>	<b>2.337.488</b>
Gestão Previdencial	714.898	637.704
Gestão Administrativa	2.687	3.582
Investimentos	1.671.498	1.696.202
Títulos Públicos	663	1.248
Créditos Privados e Depósitos	0	0
Ações	0	0
Fundos de Investimento	1.390.364	1.434.050
Derivativos	0	0
Investimentos Imobiliários	210.168	186.949
Empréstimos	44.251	47.948
Financiamentos Imobiliários	0	0
Outros Realizáveis	26.052	26.007
<b>PERMANENTE</b>	<b>941</b>	<b>667</b>
Imobilizado	358	429
Intangível	583	238
Diferido	0	0
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.395.483</b>	<b>2.341.810</b>

PASSIVO	Exercício	Exercício
	2014	2013
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>50.370</b>	<b>63.743</b>
Gestão Previdencial	21.593	19.843
Gestão Administrativa	2.010	2.011
Investimentos	26.767	41.889
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>28.107</b>	<b>23.563</b>
Gestão Previdencial	28.084	23.406
Gestão Administrativa	23	157
Investimentos	0	0
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>2.317.006</b>	<b>2.254.504</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.297.535	2.240.079
Provisões Matemáticas	2.427.604	2.297.850
Benefícios Concedidos	1.912.895	1.831.755
Benefícios a Conceder	844.661	816.403
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(329.952)	(350.308)
Equilíbrio Técnico	(130.069)	(57.771)
Resultados Realizados	(130.069)	(57.771)
Superávit Técnico Acumulado	0	0
(-) Déficit Técnico Acumulado	(130.069)	(57.771)
Resultados a Realizar	0	0
Fundos	19.471	14.425
Fundos Previdenciais	438	342
Fundos Administrativos	7.755	5.844
Fundos dos Investimentos	11.278	8.239
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.395.483</b>	<b>2.341.810</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>2.254.504</b>	<b>2.255.390</b>	<b>(0,04)</b>
<b>1. Adições</b>	<b>357.141</b>	<b>274.684</b>	<b>30,02</b>
(+) Contribuições Previdenciais	192.451	209.159	(7,99)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	141.598	44.212	220,27
(+) Receitas Administrativas	19.432	18.550	4,75
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	516	193	167,29
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	104	0	**
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	3.040	2.570	18,28
<b>2. Destinações</b>	<b>(294.640)</b>	<b>(275.571)</b>	<b>6,92</b>
(-) Benefícios	(266.763)	(253.371)	5,29
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(9.735)	(4.991)	95,04
(-) Despesas Administrativas	(18.142)	(17.180)	5,60
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	-	(29)	(100,00)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>62.502</b>	<b>(886)</b>	<b>(7.152)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	129.754	51.999	149,53
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(72.298)	(57.253)	26,28
(+/-) Fundos Previdenciais	96	263	(63,47)
(+/-) Fundos Administrativos	1.911	1.535	24,50
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.040	2.570	18,28
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>2.317.006</b>	<b>2.254.504</b>	<b>2,77</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

PLANO: PGA

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>5.844</b>	<b>4.310</b>	<b>35,61</b>
<b>1. Custeio de Gestão Administrativa</b>	<b>20.053</b>	<b>18.744</b>	<b>6,99</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>20.053</b>	<b>18.744</b>	<b>6,99</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.337	5.305	94,86
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.770	6.180	25,72
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	717	1.389	(48,41)
Receitas Diretas	609	5.587	(89,10)
Resultado Positivo dos Investimentos	516	193	167,29
Reversão de Contingências	104	0	**
Outras Receitas	0	90	(100,00)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>18.142</b>	<b>17.209</b>	<b>5,42</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>11.101</b>	<b>10.959</b>	<b>1,29</b>
Pessoal e Encargos	6.465	6.224	3,87
Treinamentos / congressos e seminários	116	88	32,40
Viagens e estadias	104	80	29,72
Serviços de terceiros	1.679	1.497	12,14
Despesas gerais	2.435	2.710	(10,16)
Depreciações e amortizações	273	312	(12,37)
Contingências	0	18	(100,00)
Outras despesas	28	29	(3,60)
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>7.041</b>	<b>6.250</b>	<b>12,66</b>
Pessoal e encargos	4.679	4.110	13,87
Treinamentos / congressos e seminários	89	61	46,19
Viagens e estadia	78	59	32,44
Serviços de terceiros	1.240	948	30,90
Despesas Gerais	750	847	(11,44)
Depreciações e amortizações	189	201	(5,75)
Contingências	0	11	(100,00)
Outras Despesas	15	14	7,44
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>1.911</b>	<b>1.535</b>	<b>24,50</b>
<b>5. Constituição/ Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>1.911</b>	<b>1.535</b>	<b>24,50</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>7.755</b>	<b>5.844</b>	<b>32,69</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (VALORES EM REAIS)

## NOTA 1 - CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A PRECE – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, Sociedade Civil e Pessoa Jurídica de Direito Privado, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18/01/1983 pela Patrocinadora COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE. Tem como objeto primordial conceder os benefícios de caráter previdenciário, previstos nos regulamentos dos planos por ela administrados, aos empregados, dos Patrocinadores, que venham tornar-se seus participantes, e aos respectivos beneficiários.

Para a consecução de seus objetivos, a PRECE movimenta recursos advindos, principalmente, de contribuições mensais dos patrocinadores, dos seus participantes e de rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos em investimentos.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, e pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, de conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, Instrução Normativa MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Instrução MPS/PREVIC nº 5 de 08 de setembro de 2011, e Ofício Circular nº 001/2015/CGMDC/DIACE/PREVIC de 23 de janeiro de 2015.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Aplicações em Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até data do Balanço. O ágio e o deságio nas aquisições dos títulos estão apropriados aos resultados pro-rata temporis, até o vencimento das aplicações e corrigidos monetariamente, quando aplicáveis.

De acordo com as Resoluções CGPC nº 04, de 30/01/2002 e nº 15, de 23/08/2005, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

**(i) Títulos para negociação:** estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

**(ii) Títulos mantidos até o vencimento:** estão registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados pela EFPC, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

### b) Aplicações em Ações e Participações

Demonstradas e contabilizadas pelo valor de mercado, na data do balanço. As ações não negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois, prevalecendo o menor.

### c) Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição, menos depreciação acumulada, os imóveis incluem parcelas de reavaliação efetuada em 30 de dezembro de 2014, em toda a carteira, por empresa especializada e independente, de conformidade conforme Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Anexo C, Item 21 e a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, Anexo A, Parte II, Item 19.

A depreciação dos imóveis é calculada pelo método linear, com base na nova vida útil econômica dos bens, conforme laudo de reavaliação, efetuada por empresa especializada.

Os alugueis e demais encargos referentes aos imóveis alugados à Patrocinadora e a Terceiros, são apropriados mensalmente. Os alugueis vencidos são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais, quando aplicáveis.

### d) Ativo Permanente

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado, intangível e diferido, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, Anexo A, Parte II, Itens 21 a 24.

### e) Operações Com Participantes

São demonstradas pelo valor do principal, acrescido da atualização monetária e juros em bases mensais.

### a) Provisões Matemáticas

Representam os compromissos atuais e futuros em relação aos participantes dos planos administrados pela Entidade, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário responsável pelos planos.

### b) Custeio Administrativo

Na planificação contábil, regulamentada pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 – Anexo A, as despesas administrativas deverão ser classificadas conforme Gestão Previdencial ou de Investimentos.

As despesas são apropriadas pelo regime de competência, sendo as específicas diretamente na Gestão Previdencial ou de Investimentos e no Plano de Benefícios correspondente. As despesas comuns são apropriadas, conforme critério abaixo:

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Gestão Previdencial	59%
Investimentos	41%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### h) Ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis

A PRECE em 2014 e 2013 utilizou o registro de ajustes e eliminações de forma consolidada no item Operações Comuns no Balancete/2014, conforme demonstrativo, abaixo:

Balancete de Operações Comuns - Saldo em Dez/2014	2014	2013
ATIVO - 1.2.2.3 - Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	(7.754.956,44)	(5.844.244,04)
PASSIVO - 2.3.2.1.02 - Participação no Fundo Administrativo	7.754.956,44	5.844.244,04

## NOTA 4 - REALIZÁVEL - PROGRAMA PREVIDENCIAL

São valores previdenciais a receber dos Participantes, Patrocinadoras e Outros, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	2014	2013
<b>Patrocinadores</b>	<b>24.032.348,36</b>	<b>15.571.457,61</b>
Contribuições Normais	5.353,49	1.389.212,21
Contribuições Extraordinárias	24.026.994,87	14.177.862,53
Contribuições Sobre 13º Salário	0,00	4.382,87
<b>Participantes</b>	<b>35.509.136,80</b>	<b>16.945.693,21</b>
Contribuições Normais	19.169,36	1.242.570,29
Contribuições Extraordinárias	35.489.967,44	15.698.489,04
Contribuições Sobre 13º Salário	0,00	4.633,88
<b>Contribuições Contratadas - CEDAE</b>	<b>646.009.865,63</b>	<b>598.366.311,76</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>3.724.350,89</b>	<b>3.493.687,21</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>5.732.966,15</b>	<b>3.326.971,20</b>
<b>Totais</b>	<b>715.008.667,83</b>	<b>637.704.120,99</b>

### a) Valores a receber das Patrocinadoras – CEDAE e CAC

GESTÃO PREVIDENCIAL	PERÍODO	PATROC.	2014	2013
Plano I – Contrib. Extraordinárias (Equacionamento do Déficit) – 4,385	abr/14 a dez/14	CEDAE	10.937.335,83	
Plano I – Contrib. Extraordinárias (Equacionamento do Déficit) – 4,565	set/10 a dez/14	CEDAE	13.089.659,04	
<b>Total Plano PRECE I</b>			<b>24.026.994,87</b>	<b>0,00</b>
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/14	CAC	5.192,66	
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/14	CAC	160,83	
<b>Total Plano PRECE CV</b>			<b>5.353,49</b>	<b>0,00</b>
Plano I – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		461.157,41
Plano I – Contrib. Extraordinárias	dez/13	CEDAE		1.223.901,78
Plano I – Contrib. Extraordinárias (Equacionamento do Déficit) – 4,565	set/10 a dez/13	CEDAE		10.280.086,15
<b>Total Plano PRECE I</b>			<b>0,00</b>	<b>11.965.145,34</b>
Plano II – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		4.611,05
<b>Total Plano PRECE II</b>			<b>0,00</b>	<b>4.611,05</b>
Plano III – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		27.115,34
<b>Total Plano PRECE III</b>			<b>0,00</b>	<b>27.115,34</b>
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		641.451,27
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		249.772,72
Plano CV/CD – Contrib. Extraordinárias	dez/13	CEDAE		1.194.278,68
Plano CV/RV – Contrib. Extraordinárias	dez/13	CEDAE		1.479.595,92
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/13	CAC		4.955,30
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/13	CAC		149,12
Plano CV/CD – Contrib. Normais	13ºSal/13	CAC		4.233,75
Plano CV/RV – Contrib. Normais	13ºSal/13	CAC		149,12
<b>Total Plano PRECE CV</b>			<b>0,00</b>	<b>3.574.585,88</b>
<b>Totais</b>			<b>24.032.348,36</b>	<b>15.571.457,61</b>

### b) Valores a receber dos Participantes

GESTÃO PREVIDENCIAL	PERÍODO	PATROC.	2014	2013
Plano I – Contrib. Normais em Atraso	dez/14	CEDAE	14.088,12	0,00
Plano I – Contrib. Extraord. Ativos (4.565)	set/10 a dez/14	CEDAE	13.089.659,04	0,00
Plano I – Contrib. Extraord. Assitidos (4.565)	set/10 a dez/14	CEDAE	6.283.524,86	0,00
Plano I – Contrib. Extraord. Ativos (4.385)	abr/14 a dez/13	CEDAE	10.937.335,83	0,00
Plano I – Contrib. Extraord. Assitidos (4.385)	abr/14 a dez/13	CEDAE	5.179.447,71	0,00
<b>Total Plano PRECE I</b>			<b>35.504.055,56</b>	<b>0,00</b>
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/14	CAC	4.920,41	0,00
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/14	CAC	160,83	0,00
<b>Total Plano PRECE CV</b>			<b>5.081,24</b>	<b>0,00</b>
Plano I – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		296.921,10
Plano I – Contrib. Normais em Atraso	dez/13	CEDAE		6.241,95
Plano I – Contrib. Extraord. Ativos (4.565)	set/10 a dez/13	CEDAE		10.280.086,15
Plano I – Contrib. Extraord. Assitidos (4.565)	set/10 a dez/13	CEDAE		5.418.402,89
Plano I – Contrib. Normais	13ºSal/13	CEDAE		251,01
<b>Total Plano PRECE I</b>			<b>0,00</b>	<b>16.001.903,10</b>
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		637.818,57
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		246.557,11
Plano CV/CD – Contribuições Adicionais	dez/13	CEDAE		11.947,46
Plano CV/RV – Contribuições Adicionais	dez/13	CEDAE		3.111,44
Plano CV/CD – Contrib. Normais	dez/13	CAC		4.483,46
Plano CV/RV – Contrib. Normais	dez/13	CAC		149,12
Plano CV/CD – Contrib. Normais	13ºSal/13	CAC		4.233,75
Plano CV/RV – Contrib. Normais	13ºSal/13	CAC		149,12
<b>Total Plano PRECE CV</b>			<b>0,00</b>	<b>908.450,03</b>
Plano II – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		1.436,38
<b>Total Plano PRECE II</b>			<b>0,00</b>	<b>1.436,38</b>
Plano III – Contrib. Normais	dez/13	CEDAE		33.860,54
Plano III – Contrib. Normais em Atraso	dez/13	CEDAE		43,16
<b>Total Plano PRECE III</b>			<b>0,00</b>	<b>33.903,70</b>
<b>Totais</b>			<b>35.509.136,80</b>	<b>16.945.693,21</b>

### c) Contribuições Contratadas

São valores contratados junto à Patrocinadora - CEDAE, correspondentes a incentivos migratórios para o Plano de Benefícios Prece CV, reserva a amortizar, taxas extraordinárias e compromissos financeiros não liquidados à época, conforme demonstrativo a seguir:

Espécie		2014	2013
<b>Dívida Contratada nº13 (Incentivo Migratório para o Plano CV)</b>			
Espécie:	Termo de Contrato e Confissão de Dívida		
Partes:	CEDAE e PRECE	646.009.865,63	598.366.311,76
Objeto:	Confissão de Dívida		
Modalidade:	Tabela de amortiz. proposta pela CEDAE		
Atualização Pactuada:	INPC + 6% a.a.		
Valor Pactuado:	R\$ 607.014.614,00		
Valor Repactuado:	R\$ 582.657.404,87		
Nº de Parc. Originais:	73 parcelas		
Nº de Parc. Repactuadas:	80 parcelas		
Nº de parcelas restantes:	62 parcelas (Término Fev/2020)		
Data de Vencimento:	Dia 15 de cada mês		
Data Assinat. Original:	15/12/2011		
Data Assinat. repactuação:	17/07/2013		

A garantia do integral pagamento das obrigações assumidas pela Patrocinadora são os recebíveis de sua emissão, relativos aos serviços de água e esgoto por ela prestados a população.

O Contrato e seu Aditivo estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 17, de 11/06/1996.

As parcelas dos Contratos de Dívidas Contratadas recebidas no exercício de 2014 e 2013 estão representadas no quadro, abaixo:

MÊS	2014	2013
Janeiro	2.116.718,37	8.240.996,71
Fevereiro	2.137.668,28	8.350.610,12
Março	2.163.934,22	8.535.663,98
Abril	2.181.125,90	8.546.323,85
Maio	2.220.493,41	8.595.665,51
Junho	2.250.660,95	8.744.746,99
Julho	2.260.512,97	2.000.000,00
Agosto	2.259.802,74	1.970.318,66
Setembro	2.266.296,35	2.030.842,58
Outubro	2.292.086,32	2.039.266,08
Novembro	2.333.991,26	2.043.181,05
Dezembro	2.354.802,62	2.089.723,01
<b>TOTAL</b>	<b>26.838.093,39</b>	<b>63.187.338,54</b>

### d) Outros Realizáveis

DESCRIÇÃO	2014	2013
<b>Outros Valores</b>		
Encargos s/repasse em atraso - CEDAE	0,00	47.962,36
Bloqueios Judiciais em Conta Corrente	1.927.971,64	0,00
Condenações Judiciais (Paridade) - CEDAE	3.338.057,54	2.880.685,49
Consignações a Receber	466.936,97	398.323,35
<b>Totais</b>	<b>5.732.966,15</b>	<b>3.326.971,20</b>

### NOTA 5 - REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os planos de benefícios, sendo alocado contabilmente por programas, utilizando para a sua cobertura os recursos previstos nos planos de custeio e receitas diretas do programa administrativo, de conformidade com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

### a) Fontes da Gestão Administrativa

RECEITAS GESTÃO ADMINISTRATIVA	2014	2013
1,0 % s/Folha bruta da CEDAE	4.928.684,63	4.991.354,22
1,5 % s/Folha bruta da CAC	20.983,36	20.429,98
2,0 % S/Contrib. Patrocinadoras Participantes e Assistidos - BD	1.902.956,86	1.115.980,92
2,0 % S/Contrib. Da Dívida e da Reserva Amortizar	93.645,28	591.859,29
0,7 % S/Contrib. Patroc. e Partic. Assistidos - CV	1.855.837,60	1.832.038,22
6,0% S/Contrib. Patroc. E Partic. Ativos - CV	1.479.387,28	1.387.639,64
Taxa Administrativa - Plano CD (Patrocinadora e Participantes)	56.001,32	66.156,08
Reembolso Desp. c/ Investimentos (Custeio Administrativo)	7.769.653,96	6.180.011,98
Taxa Administrativa de Empréstimos	716.513,89	1.388.841,91
Pró-Labore Seguros/Indenizações e Comissões	134.155,47	177.019,61
Convênio Banco Itaú S/A	229.727,70	302.709,60
Outras Receitas	244.908,47	496.468,05
Fluxo Líquido de Investimentos	516.006,39	193.047,76
<b>Totais</b>	<b>19.948.462,21</b>	<b>18.743.557,26</b>

### b) Recursos utilizados na gestão administrativa dos Planos Previdenciários

DESPESAS GESTÃO ADMINISTRATIVA	2014	2013
Pessoal e Encargos	11.144.751,57	10.333.926,96
Treinamentos/Congressos e Seminários	205.439,82	148.815,72
Viagens e Estádias	181.852,28	138.960,57
Serviços de Terceiros	2.919.490,64	2.444.917,47
Despesas Gerais	2.968.261,23	3.557.298,35
Depreciações e Amortizações	462.641,06	512.759,03
Outras Despesas Gerais	43.114,40	43.101,33
Tributos	216.637,03	0,00
<b>Totais</b>	<b>18.142.188,03</b>	<b>17.179.779,43</b>

### c) Informações Complementares

A contribuição dos investimentos no custeio administrativo, no montante de R\$ 8.486.167,85, está assim representada:

REEMBOLSO DOS INVESTIMENTOS PARA O CUSTEIO E TAXA DE EMPRÉSTIMOS POR PLANOS	2014	2013
PRECE I	1.645.510,16	1.245.827,47
PRECE II	696.110,32	584.108,44
PRECE III	18.588,93	10.454,23
PRECE CV	6.125.958,44	4.339.621,84
<b>Total Geral</b>	<b>8.486.167,85</b>	<b>6.180.011,98</b>

### d) Ativo Permanente

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado, intangível e diferido, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, Anexo A, Parte II, Itens 21 a 24.

DESCRIÇÃO	2013	MOVIMENTAÇÃO			2014
		AQUISIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIÇÕES/AMORTIZAÇÕES	
Imobilizado	428.559,66	36.064,01	0,00	(105.902,11)	358.721,56
Bens Móveis	428.559,66	36.064,01	0,00	(105.902,11)	358.721,56
Móveis e Utensílios	109.902,56	7.036,24	0,00	(31.741,99)	85.196,81
Máquinas e Equipamentos	193.883,92	3.588,00	0,00	(29.630,16)	167.841,76
Veículos	35.893,45	0,00	0,00	(8.440,00)	27.453,45
Processamento de dados	88.879,73	25.439,77	0,00	(36.089,96)	78.229,54
Intangível	238.241,98	432.087,27	0,00	(87.631,54)	582.697,71
Software	161.040,72	146.813,37	0,00	(48.802,43)	259.051,66
Benefitorias Imóveis	77.201,26	285.273,90	0,00	(38.829,11)	323.646,05
<b>Totais</b>	<b>666.801,64</b>	<b>468.151,28</b>	<b>0,00</b>	<b>(193.533,65)</b>	<b>941.419,27</b>

## NOTA 6 - REALIZÁVEL E EXIGÍVEL – INVESTIMENTOS

### I. CARTEIRA IMOBILIÁRIA

DESCRIÇÃO	2013	MOVIMENTAÇÃO NO PERÍODO			RECEBIDO (-)	2014
		DEPRECIÇÃO <sup>(2)</sup>	REAVALIAÇÃO	TRANSF./ALIENAÇÃO	A RECEBER (+)	
<b>Locados a Patrocinadora</b>	<b>34.112.497,26</b>	<b>(187.494,25)</b>	<b>21.737.253,44</b>	<b>0,00</b>	<b>(13.367,61)</b>	<b>55.648.888,84</b>
Imóveis	33.966.103,31	(187.494,25)	21.737.253,44	0,00	0,00	55.515.862,50
Contas a Receber	146.393,95	0,00	0,00	0,00	(13.367,61)	133.026,34
<b>Locados a Terceiros</b>	<b>139.212.146,36</b>	<b>(1.012.451,70)</b>	<b>28.891.140,79</b>	<b>(14.113.738,98)</b>	<b>101.306,42</b>	<b>153.078.402,89</b>
Imóveis	138.048.714,74	(1.012.451,70)	28.891.140,79	(14.113.738,98)	0,00	151.813.664,85
Contas a Receber	1.163.431,62	0,00	0,00	0,00	101.306,42	1.264.738,04
<b>Direitos em Alienações</b>	<b>13.624.747,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(12.184.525,85)</b>	<b>1.440.221,88</b>
R. Senador Viana nº 94	1.503.890,83	0,00	0,00	0,00	(63.668,95)	1.440.221,88
R. Santana nº 165 (1)	12.120.856,90	0,00	0,00	0,00	(12.120.856,90)	0,00
<b>Totais</b>	<b>186.949.391,35</b>	<b>(1.199.945,95)</b>	<b>50.628.394,23</b>	<b>(14.113.738,98)</b>	<b>(12.096.587,04)</b>	<b>210.167.513,61</b>

(1) Segue o quadro abaixo, representando o valor de R\$ 14.113.738,98 que corresponde ao imóvel alienado no ano de 2014.

DESCRIÇÃO	2014
<b>RUA SANTANA Nº 165</b>	
Custo	4.750.000,00
Avaliação	11.535.193,79
Depreciação	(2.171.454,81)
<b>Totais</b>	<b>14.113.738,98</b>

(2) Os imóveis alugados a terceiros e a patrocinadora foram avaliados pela empresa EMBRAP/PRAXIS – Avaliação Patrimonial Ltda. CNPJ 393.061/0001-91, que representaram uma variação positiva líquida de R\$ 50.628.394,23, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	IMÓVEIS AVALIADOS		
	QUANTIDADE	DATA DE REFERÊNCIA	Variação Avaliação
IMÓVEIS LOCADOS A PATROCINADORA	9	30/12/2014	21.737.253,44
IMÓVEIS LOCADOS A TERCEIROS	42	30/12/2014	28.891.140,79
<b>Total</b>	<b>51</b>		<b>50.628.394,23</b>
<b>Total Geral</b>	<b>51</b>		<b>50.628.394,23</b>

DESCRIÇÃO	IMÓVEIS AVALIADOS		
	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Variação Avaliação
IMÓVEIS LOCADOS A PATROCINADORA	33.792.746,56	55.530.000,00	21.737.253,44
IMÓVEIS LOCADOS A TERCEIROS	122.990.859,20	151.882.000,00	28.891.140,80
<b>Total</b>	<b>156.783.605,76</b>	<b>207.412.000,00</b>	<b>50.628.394,24</b>
<b>Total Geral</b>			

## II. CARTEIRA CONSOLIDADA DE INVESTIMENTOS

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS			
DESCRIÇÃO	2014	2013	
<b>RENDA FIXA</b>	<b>1.091.504.696,95</b>	<b>1.016.882.828,28</b>	
Títulos Públicos	663.436,15	1.247.490,64	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	663.436,15	1.247.490,64	
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.090.841.260,80</b>	<b>1.015.635.337,64</b>	
Renda Fixa	8.704.804,33	5.482.853,21	
<b>Multimercado - Renda Fixa</b>	<b>1.082.136.456,47</b>	<b>1.010.152.484,43</b>	
Fic FI Caixa Alegria MM C.P.	305.280.695,07	297.378.890,58	
Fic FI Caixa Guandu MM C.P.	773.845.929,93	711.775.517,34	
Fic FI Caixa Imunana MM C.P.	3.009.831,47	998.076,51	
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>299.522.381,12</b>	<b>418.414.771,53</b>	
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>299.522.381,12</b>	<b>418.414.771,53</b>	
<b>Multimercado - Renda Variável</b>	<b>299.522.381,12</b>	<b>418.414.771,53</b>	
Fic FI Caixa Laranjal MM C.P.	89.255.717,75	124.901.987,50	
Fic FI Caixa Sarapuí MM C.P.	210.266.663,37	293.512.784,03	
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>210.167.513,61</b>	<b>186.949.391,35</b>	
Edificações – Alugadas a Patrocinadora	55.648.888,84	34.112.497,26	
Edificações – Alugadas a Terceiros	153.078.402,89	139.212.146,36	
Direitos em Alienações de Invest.Imobiliário	1.440.221,88	13.624.747,73	
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>44.250.937,29</b>	<b>47.947.805,07</b>	
Empréstimos a Participantes	44.250.937,29	47.947.805,07	
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>26.052.444,64</b>	<b>26.006.946,00</b>	
Créditos Tributários – IR s/aplicações financeiras	1.133.374,75	1.087.876,11	
Créditos a Receber - Planos	24.919.069,89	24.919.069,89	
<b>Totais</b>	<b>1.671.497.973,61</b>	<b>1.696.201.742,23</b>	

EXIGIVEL DE INVESTIMENTOS			
DESCRIÇÃO	2014	2013	
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>5.001,88</b>	<b>15.140.856,37</b>	
Edificações – Alugadas a Patrocinadora	725,20	725,20	
Edificações – Alugadas a Terceiros	4.276,68	19.274,27	
Obrigações em Alienações de Invest.Imobiliário	0,00	15.120.856,90	
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.450.430,42</b>	<b>1.482.784,45</b>	
Empréstimos a Participantes	1.450.430,42	1.482.784,45	
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>25.311.703,39</b>	<b>25.265.561,97</b>	
Contas a Pagar - Do Investimento para o PGA	389.055,50	327.853,43	
Contas a Pagar - Conta Plano	3.578,00	18.638,65	
Créditos a Pagar – Planos (1)	24.919.069,89	24.919.069,89	
<b>Totais</b>	<b>26.767.135,69</b>	<b>41.889.202,79</b>	

(1) Com a criação do Plano CV, em 30/06/2011, por ocasião da migração de parte dos ativos dos Planos PRECE I e II para o Plano CV, foi contabilizada a segregação dos ativos.

### III. NOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO DE RENDA VARIÁVEL, ESTÃO INCLUÍDOS OS ATIVOS TGMC, HAUSCENTER E CRT

De acordo com o laudo de avaliação do valor econômico operacional do Terminal Garagem Menezes Cortes – TGMC, elaborado por empresa independente, contratada pelo fundo através da Caixa Econômica Federal, administradora do Fundo FI – Caixa Rio Preto Multimercado – Crédito Privado, datado de 30 de novembro de 2014, o valor de mercado do Terminal Garagem Menezes Cortes – TGMC, foi avaliado em R\$ 239.336.000,00, na data base 30 de novembro de 2014.

Considerando que a Prece detém 20% do capital social da referida empresa, o valor atualizado desse investimento monta a R\$ 47.867.200,00, que comparado com o saldo demonstrado nos registros contábeis da Entidade na mesma data, resultou numa variação negativa de (R\$ 180.000,00), no exercício.

Com base no mesmo laudo de avaliação acima mencionado, as 2.500 debêntures não conversíveis em ações sem prazo de vencimento, de emissão da Hauscenter S.A., coproprietária do empreendimento denominado World Trade Center de São Paulo, com o equivalente a 113 cotas de um total de 300, que integra o saldo do mesmo Fundo Rio Preto, o valor econômico de acordo com o desempenho passado e as expectativas futuras sobre o negócio da Hauscenter S.A., foi avaliado em 30 de novembro de 2014, em R\$ 312.235.000,00.

Considerando que a participação da Prece é de 22% aproximadamente, o valor desse investimento em 30 de no-

vembro de 2014 é de R\$ 68.691.700,00 que confrontado com o saldo demonstrado nos registros contábeis da Prece, na mesma data, apresentou uma variação negativa de (R\$ 8.672.450,00) no exercício.

O processo movido pela Prece contra a GBB Empreendimentos e Participações Ltda., distribuído perante a 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, sob o nº 2008.001.293955-3, com o objetivo de obter a nulidade ou subsidiariamente, a decretação da anulação do contrato de compra e venda dessas debêntures por descumprimento de requisitos obrigatórios de validade do negócio, cujo valor da causa é de R\$ 72.500.000,00, valor do principal, encontra-se, na fase de 1º grau, estando a PRECE, monitorando, permanentemente, o seu andamento através do Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes.

Com base no mesmo laudo de avaliação acima mencionado, as 4.400 debêntures não conversíveis em ações sem prazo de vencimento, de emissão da CRT – Concessionária Rio Teresópolis S.A., que integra o saldo do mesmo Fundo Rio Preto, o valor econômico de acordo com o desempenho passado e as expectativas futuras sobre o negócio da CRT, foi avaliado em 30 de novembro de 2014, em R\$ 83.698.000,00.

Considerando que a participação da Prece é de 32% aproximadamente, em relação às debêntures em circulação, o valor desse investimento em 30 de novembro de 2014 é de R\$ 26.920.388,00 que confrontado com o saldo demonstrado nos registros contábeis da Prece, na mesma data, apresentou uma variação positiva de R\$ 14.927.396,00 no exercício.

### IV. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS – CARTEIRA CONSOLIDADA

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS		2014	2013
<b>RENDA FIXA</b>		<b>72.172.680,70</b>	<b>(4.936.691,97)</b>
Títulos Públicos		105.084,43	(145.976,51)
<b>Fundos de Investimentos</b>		<b>72.067.596,27</b>	<b>(4.790.715,46)</b>
Renda Fixa		792.779,67	128.654,43
<b>Multimercado - Renda Fixa</b>		<b>71.274.816,60</b>	<b>(4.919.369,89)</b>
Fic FI Caixa Alegria MM C.P.		20.874.312,34	4.713.830,56
Fic FI Caixa Guandu MM C.P.		50.602.090,29	(9.633.178,96)
Fic FI Caixa Imunana MM C.P.		(201.586,03)	(21,49)
<b>RENDA VARIÁVEL</b>		<b>13.631.183,22</b>	<b>(23.956.258,75)</b>
Mercado de Ações		1.909.977,81	3.886.415,25
<b>Fundos de Investimentos</b>		<b>11.721.205,41</b>	<b>(27.842.674,00)</b>
<b>Multimercado - Renda Variável</b>		<b>11.721.205,41</b>	<b>(27.842.674,00)</b>
Fic FI Caixa Laranjal MM C.P.		3.587.107,93	(8.494.007,02)
Fic FI Caixa Sarapuí MM C.P.		8.134.097,48	(19.348.666,98)
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>		<b>59.388.945,39</b>	<b>73.134.723,86</b>
Edificações - Uso Próprio		(1.476,75)	58.736,89
Edificações - Alugadas a Patrocinadora		22.853.074,53	19.718.461,02
Edificações - Alugadas a Terceiros		36.388.084,67	54.312.165,82
Direitos em Alienações de Invest.Imobiliário		149.262,94	(954.639,87)
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>9.906.553,34</b>	<b>10.195.647,14</b>
<b>OUTRAS</b>		<b>(1.459.276,13)</b>	<b>106.328,05</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>153.640.086,52</b>	<b>54.543.748,33</b>
(-) Cobertura de Despesas Administrativas (PGA)		8.486.167,85	7.568.853,89
(-) Constituição de fundos (Empréstimos - QQM)		3.039.633,00	2.569.821,86
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>142.114.285,67</b>	<b>44.405.072,58</b>
Resultado para o PGA		516.006,39	193.047,76
Resultado para os Planos de Benefícios		141.598.279,28	44.212.047,76

## V. PROVISÕES PARA PERDAS

Constituídas para fazer face a possíveis perdas nas aplicações da Gestão Previdenciária e de Investimentos:

Tipo	2014	2013	Varição
<b>Liquidação Duvidosa</b>	<b>226.412.198,59</b>	<b>173.443.053,16</b>	<b>52.969.145,43</b>
Aluguéis para renda (a)	58.581.896,03	55.040.096,40	3.541.799,63
Contribuições de Participantes (b)	73.261,62	4.425,26	68.836,36
Taxa Extra. (4.565) Participantes/Patrocinadora(b)	157.491.572,17	116.520.900,36	40.970.671,81
Taxa Extra. (4.385) Participantes/Patrocinadora(b)	8.660.711,68	0,00	8.660.711,68
Empréstimos a Participantes (b)	1.604.757,09	1.877.631,14	(272.874,05)
<b>Perdas de Investimentos</b>	<b>99.710.891,67</b>	<b>87.065.662,96</b>	<b>12.645.228,71</b>
Cédula de Crédito Bancário - CCB - Clima (c)	99.710.891,67	87.065.662,96	12.645.228,71
<b>Totais</b>	<b>326.123.090,26</b>	<b>260.508.716,12</b>	<b>65.614.374,14</b>

a) Provisão constituída sobre aluguéis não recebidos da Fundação Theatro Municipal, relativo ao prédio anexo, referente ao período de Out/1998 a Dez/2014. O processo de cobrança encontra-se em fase recursal, aguardando a decisão no agravo protocolizado pela ré Fundação Theatro Municipal, e recebido como recurso especial na ação de cobrança de alugueres, até o momento as decisões se apresentam favoráveis à Prece, reconhecendo a validade do contrato de locação e o direito de receber os alugueres.

b) Provisões constituídas de acordo com a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009.

c) Clima Termoacústica Ltda. - A variação de R\$ 12.645.228,71 de Jan a Dez/2014 é decorrente da valorização do título, apurada pelo Custodiante Santander, em decorrência de ajustes realizados na Central de Registro de Títulos Privados – CETIP. Esse valor foi provisionado para perdas em decorrência do provisionamento original do valor integral deste título conforme Resolução de Diretoria nº 235, de 17/05/2011 baseada no memorando ASJUR nº 045/2011.

Esse Investimento em Cédulas de Crédito Bancário – CCB foi realizado em 2006.

A Devedora encontra-se em recuperação judicial, conforme processo nº 0.148.09.063836-9, estando a PRECE entre os credores com garantia real.

O plano de recuperação judicial foi homologado pelo juiz, ficando assegurado a PRECE o recebimento de seus créditos corrigidos, com base no INPC mais 6% a.a., a partir de 2022. A Prece faz parte do comitê de credores e está sendo assessorada pelo Escritório de Advocacia Garcia & Keener. O pedido de falência feito por dois credores e acolhido, encontra-se pendente de julgamento no STF, em razão de agravo interposto pela Clima Termoacústica.

## VI. RUBRICAS COM DENOMINAÇÃO "OUTROS" QUE TOTALIZARAM MAIS DE 10%

O detalhamento de todas as rubricas com denominação "Outros", que totalizaram mais de 10% do respectivo grupo de contas, abrange as contas patrimoniais do Ativo e Passivo, conforme demonstrativo, abaixo:

CONTAS	VALORES R\$	%
<b>2.1.1 Gestão Previdencial</b>	<b>21.592.517,31</b>	<b>100,00</b>
<b>2.1.1.9 Outras Exigibilidades</b>	<b>4.904.421,78</b>	<b>22,71</b>
<b>2.1.1.9.02 Contas a Pagar - Pessoal Desligados do Plano Prece III</b>	<b>164.240,47</b>	<b>0,76</b>
<b>2.1.1.9.04 Contas a Pagar dos Planos para o PGA</b>	<b>4.708.229,86</b>	<b>21,80</b>
Plano Prece I (a)	4.571.730,58	21,17
Plano Prece II	5.444,98	0,03
Plano Prece III	12.540,92	0,06
Plano Prece CV	118.513,38	0,55
<b>2.1.1.9.06 Contas a Pagar - Patronal Resgatável - Prece III</b>	<b>3.231,39</b>	<b>0,01</b>
<b>2.1.1.9.08 Contas a Pagar - Pessoal Falecido - Prece III</b>	<b>2.710,75</b>	<b>0,01</b>
<b>2.1.1.9.09 Contas a Pagar - Patronal Falecido - Prece III</b>	<b>1.664,04</b>	<b>0,01</b>
<b>2.1.1.9.11 Contas a Pagar - Saldo Patronal - Prece III</b>	<b>24.345,27</b>	<b>0,11</b>

a) Corresponde a 2% de taxa administrativa sobre a contribuição extraordinária (4,565 vezes a contribuição normal) do Plano Prece I não vertida, por força de decisão judicial, pelos Participantes Ativos e Assistidos e Patrocinadora CEDAE no valor de R\$ 3.799.088,34 (4,565 vezes a contribuição normal) e R\$ 714.296,61 (4,385 vezes a contribuição normal), conforme nota nº 11 e 12, respectivamente.

CONTAS	VALORES R\$	%
<b>2.1.3 Investimentos</b>	<b>41.889.202,79</b>	<b>100,00</b>
<b>2.1.3.9 Outras Exigibilidades</b>	<b>25.265.561,97</b>	<b>60,32</b>
<b>2.1.3.9.01 Contas a Pagar - Do Investimentos para o PGA</b>	<b>473.244,68</b>	<b>1,13</b>
2.1.3.9.01.01 Reembolso de Despesas Gestão de investimentos	327.853,43	0,78
<b>2.1.3.9.04 Contas a Pagar - Plano</b>	<b>1.444,95</b>	<b>0,00</b>
2.1.3.9.04.02 Contas a Pagar - Pessoa Jurídica	16.605,71	0,04
2.1.3.9.04.02 Contas a Pagar - Pessoa Jurídica - IRRF	1.252,82	0,00
2.1.3.9.04.03 Contas a Pagar - Pessoa Jurídica - CSLL/PIS/COFINS	780,12	0,00
2.1.3.9.07 Créditos a Pagar - Planos (b)	24.919.069,89	59,49

b) O valor é comentado na Nota nº 6 – Item II Carteira Consolidada de Investimentos – Observação nº 2.

## NOTA 7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Fundamentado nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica, em consonância com as estimativas de condenação em processos de natureza cível e trabalhista, nos quais a PRECE figura no pólo passivo.

De acordo com a classificação de risco de perdas identificadas como prováveis, a PRECE registrou no Balancete de dezembro/2014, no seu Exigível Contingencial – Gestão Previdencial e Administrativa, provisões para contingências no montante de R\$ 28.107.346,02, conforme quadros abaixo:

### a) Contingências por Classificação.

DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
	PROVÁVEL - 100% PROVISIONADO	POSSÍVEL NÃO PROVISIONADO
Demandas Judiciais – Área Cível (Siqueira Castro)	14.880.904,14	15.120,00
Demandas Judiciais – Área Cível (Tozzini)	68.679,06	3.161.757,18
<b>Total - Área Cível</b>	<b>14.949.583,20</b>	<b>3.176.877,18</b>
Demandas Judiciais – Área Trabalhista	13.157.762,82	185.800,00
<b>Totais</b>	<b>28.107.346,02</b>	<b>3.362.677,18</b>

### b) Contingências por Planos.

DESCRIÇÃO	DEMANDAS JUDICIAIS PROVÁVEL - 100% PROVISIONADO				
	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	PGA	TOTAL
Área Cível	11.336.847,91	3.597.835,29	1.400,00	13.500,00	14.949.583,20
Área Trabalhista	9.350.517,96	119.443,29	3.678.409,19	9.392,38	13.157.762,82
<b>Totais</b>	<b>20.687.365,87</b>	<b>3.717.278,58</b>	<b>3.679.809,19</b>	<b>22.892,38</b>	<b>28.107.346,02</b>

DESCRIÇÃO	DEMANDAS JUDICIAIS POSSÍVEL - INFORMATIVO				
	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	PGA	TOTAL
Área Cível	1.436.837,01	69.196,57	406.339,05	1.264.504,55	3.176.877,18
Área Trabalhista	169.800,00	0,00	16.000,00	0,00	185.800,00
<b>Totais</b>	<b>1.606.637,01</b>	<b>69.196,57</b>	<b>422.339,05</b>	<b>1.264.504,55</b>	<b>3.362.677,18</b>

## NOTA 8 - COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA, RESULTADOS E FUNDOS

Registra o valor atual do total das Reservas Técnicas, de acordo com a Nota Técnica Atuarial – dados apresentados, conforme planificação contábil Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009.

### a) Consolidação dos Planos - PRECE I, II, III e CV

DESCRIÇÃO	2014	2013
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>1.912.894.965,68</b>	<b>1.831.755.185,13</b>
Contribuição Definida	383.710.394,35	388.866.862,24
BD Estruturado em Regime de Capitalização	1.529.184.571,33	1.442.888.322,89
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>844.660.692,22</b>	<b>816.402.480,85</b>
CD Contribuição Definida	659.008.447,30	589.864.357,76
BD Estruturado em Regime de Capitalização Programado	181.734.632,82	222.039.550,08
BD Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.917.612,10	4.498.573,01
<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(329.951.999,20)</b>	<b>(350.307.876,17)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(382.534.095,20)</b>	<b>(185.207.175,11)</b>
(-) Patrocinador(es)	(70.123.123,91)	(36.607.562,03)
(-) Participantes	(70.123.123,91)	(36.607.562,03)
(-) Assistidos	(242.287.847,38)	(111.992.051,05)
<b>(+/-) Por Ajustes das Contribuições</b>	<b>52.582.096,00</b>	<b>(165.100.701,06)</b>
(+/-) Patrocinador(es)	10.232.440,66	(35.971.435,44)
(+/-) Participantes	10.232.440,66	(35.971.435,44)
(+/-) Assistidos	32.117.214,68	(93.157.830,18)
<b>Totais</b>	<b>2.427.603.658,70</b>	<b>2.297.849.789,81</b>

### b) Composição das Reservas Técnicas Atuariais por Plano

DESCRIÇÃO	PRECE I	PRECE II	SUB-TOTAL
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>478.137.420,55</b>	<b>160.326.349,49</b>	<b>638.463.770,04</b>
BD Estruturado em Regime de Capitalização	478.137.420,55	160.326.349,49	638.463.770,04
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>183.095.479,57</b>	<b>2.556.765,35</b>	<b>185.652.244,92</b>
BD Estruturado em Regime de Capitalização Programado	179.177.867,47	2.556.765,35	181.734.632,82
BD Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.917.612,10	0,00	3.917.612,10
<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(329.951.999,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(329.951.999,20)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(382.534.095,20)</b>	<b>0,00</b>	<b>(382.534.095,20)</b>
(-) Patrocinador(es)	(70.123.123,91)	0,00	(70.123.123,91)
(-) Participantes	(70.123.123,91)	0,00	(70.123.123,91)
(-) Assistidos	(242.287.847,38)	0,00	(242.287.847,38)
<b>(+/-) Por Ajustes das Contribuições</b>	<b>52.582.096,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.582.096,00</b>
(+/-) Patrocinador(es)	10.232.440,66	0,00	10.232.440,66
(+/-) Participantes	10.232.440,66	0,00	10.232.440,66
(+/-) Assistidos	32.117.214,68	0,00	32.117.214,68
<b>Totais</b>	<b>331.280.900,92</b>	<b>162.883.114,84</b>	<b>494.164.015,76</b>

DESCRIÇÃO	PRECE III	PRECE CV	SUB-TOTAL
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>51.236,34</b>	<b>1.274.379.959,30</b>	<b>1.912.894.965,68</b>
Contribuição Definida	51.236,34	383.659.158,01	383.710.394,35
BD Estruturado em Regime de Capitalização	0,00	890.720.801,29	1.529.184.571,33
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>3.590.823,97</b>	<b>655.417.623,33</b>	<b>844.660.692,22</b>
CD Contribuição Definida	3.590.823,97	655.417.623,33	659.008.447,30
BD Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00	0,00	181.734.632,82
BD Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00	0,00	3.917.612,10
<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(329.951.999,20)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(382.534.095,20)</b>
(-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	(70.123.123,91)
(-) Participantes	0,00	0,00	(70.123.123,91)
(-) Assistidos	0,00	0,00	(242.287.847,38)
<b>(+/-) Por Ajustes das Contribuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.582.096,00</b>
(+/-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	10.232.440,66
(+/-) Participantes	0,00	0,00	10.232.440,66
(+/-) Assistidos	0,00	0,00	32.117.214,68
<b>Totais</b>	<b>3.642.060,31</b>	<b>1.929.797.582,63</b>	<b>2.427.603.658,70</b>

### c) Provisão Matemática dos Planos Prece I, II, III e CV

Data base da avaliação atuarial: todos os planos tiveram a data base de levantamento dos dados em junho de 2014 para a avaliação atuarial do exercício findo.

Exigível Operacional Previdencial Plano PRECE CV	REALIZADO EM 2014	REALIZADO EM 2013	VARIAÇÃO
Pessoal Desligados/Resíduo Acumulado	305.261,89	140.064,57	165.197,32
Pessoal Falecidos Acumulado	13.537.912,32	11.558.923,29	1.978.989,03
Patronal Desligados/Resíduo Acumulado	12.077,03	1.521,75	10.555,28
Patronal Falecidos Acumulado	44.571,70	19.802,18	24.769,52
<b>Totais</b>	<b>13.899.822,94</b>	<b>11.720.311,79</b>	<b>2.179.511,15</b>

### d) Composição do Resultado Consolidado

Registra a composição, o excedente ou a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais, conforme a seguir demonstrado:

Os Déficits Técnicos do exercício de 2014 e 2013 são demonstrados como segue:

RESULTADO DA GESTÃO PREVIDENCIAL		
DESCRIÇÃO	2014	2013
Adições	202.788.644,04	214.464.512,68
Deduções	(266.762.635,54)	(253.371.163,57)
Constituições/Reversões de Contingências	(9.734.564,76)	(4.991.096,33)
Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	(10.337.496,33)	(5.305.114,86)
Fluxo de Investimentos	141.598.279,28	44.212.024,82
Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas	(129.754.168,11)	(51.998.792,28)
Constituição/Reversão de Fundos	(96.044,45)	(263.017,66)
<b>SUPERÁVIT TÉCNICO/(DÉFICIT TÉCNICO) - NO ANO</b>	<b>(72.297.985,87)</b>	<b>(57.252.647,20)</b>

#### e) Composição do Superávit / Déficit Técnico Acumulado por Plano de Benefícios

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	PLANO I	PLANO II	SUB-TOTAL
Superávit/(Déficit Técnico)	Saldo em 2013	1.373.369,01	(12.885.427,94)	(11.512.058,93)
Movimento no Ano		8.821.591,55	(13.461.468,32)	(4.639.876,77)
Superávit/(Déficit Técnico)	Saldo em 2014	10.194.960,56	(26.346.896,26)	(16.151.935,70)
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	PLANO III	PLANO CV	SUB-TOTAL
Superávit/(Déficit Técnico)	Saldo em 2013	137.272,81	(46.396.142,08)	(57.770.928,20)
Movimento no Ano		6.996,58	(67.665.105,68)	(72.297.985,87)
Superávit/(Déficit Técnico)	Saldo em 2014	144.269,39	(114.061.247,76)	(130.068.914,07)

#### f) Fundos Constituídos nos Balanços

São retenções de recursos excedentes das Gestões Previdencial, Administrativa e Investimentos, para suprir despesas futuras, quando da verificação de déficit nas referidas Gestões.

DESCRIÇÃO	PERÍODO	
	2014	2013
Fundo Previdencial (*)	438.121,27	342.052,56
Fundo Administrativo	7.754.956,44	5.844.244,04
Fundo de Investimentos (**)	11.278.021,42	8.238.388,42
<b>Totais</b>	<b>19.471.099,13</b>	<b>14.424.685,02</b>

(\*) O Fundo Previdencial aloca as contribuições recolhidas ao referido plano e não resgatadas por ocasião do desligamento de participante, Plano PRECE III, no valor montante de R\$ 2.540,88.

No fechamento do balanço de 31/12/2014, o Fundo de Risco, do Plano PRECE III, passou a ser classificado em Outros Fundos Previdenciais (previsto em nota atuarial) no valor montante de R\$ 435.580,39.

(\*\*) O Fundo Administrativo é uma reserva constituída com o objetivo de suprir necessidades futuras com gastos na administração dos Planos de Benefícios conforme planificação estabelecida no Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 encontra-se registrado o seguinte demonstrativo de constituição do Fundo Administrativo:

SALDO - FUNDO ADMINISTRATIVO 2013	5.844.244,04
RECEITAS	19.432.455,82
DESPESAS	(18.142.188,03)
CONTINGÊNCIAS	104.438,22
RESULTADO DE INVESTIMENTOS	516.006,39
<b>FORMAÇÃO - FUNDO ADMINISTRATIVO NO ANO 2013</b>	<b>1.910.712,40</b>
<b>SALDO - FUNDO ADMINISTRATIVO 2014</b>	<b>7.754.956,44</b>

DESCRIÇÃO	2014	2013
SALDO - FUNDO ADMINISTRATIVO	7.754.956,44	5.844.244,04
SALDO - PERMANENTE	941.419,27	666.801,64
<b>SALDO - FUNDO ADMINISTRATIVO ABATIDO DO PERMANENTE</b>	<b>6.813.537,17</b>	<b>5.177.442,40</b>

Os critérios quem vem sendo adotados pela PRECE, têm como suporte o rateio dos valores apropriados mensalmente nas contas 4.1.1 – Gestão Previdencial (1) e 4.1.2 – Investimentos para os Planos PRECE I, II, III e CV, conforme demonstrativo, abaixo:

PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO NO BALANÇO DE 2014					
PLANOS	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
Participação %	29,73	6,00	0,64	63,63	100,00
Participação R\$	2.305.672,40	464.939,41	49.960,90	4.934.383,73	7.754.956,44

(1) Na Gestão Previdencial a receita correspondente a 2% de taxas administrativas, relativas ao Plano Prece I, incidente sobre as contribuições extraordinárias, objeto do equacionamento do déficit no exercício de 2010, vencidas e não liquidadas, e foram provisionadas para perdas de acordo com o relatório de fiscalização da PREVIC nº 27/2012.

(\*\*\*) Constituído no exercício de 2010, com a finalidade de garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência de morte, invalidez e inadiplência dentre outras.

## NOTA 9 - AÇÃO JUDICIAL PARA PERMANECER NOS PLANOS PRECE I E II SEM CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Ainda está em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 07ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro no processo 0000641-32.2011.5.01.0007 apresentado pelo SINTSAMA, mantendo-se a determinação de que a Prece se abstenha de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos Prece I e II.

Atualmente o processo encontra-se na 14ª Vara Cível da Comarca da Capital, sob o n.º 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões relacionadas à Previdência Complementar.

O processo movido pelo SINSTAMA foi apensado ao processo n.º 0291346-89.2013.8.19.0001 e movido pelo STAECONOM em andamento na mesma Vara Cível, para serem julgados juntos, por conexão.

A PREVIC em seu relatório de fiscalização n.º 29/2013/ERRJ/PREVIC atestou, dentre outras coisas, que o Plano Prece I continua deficitário pela não entrada efetiva das contribuições extraordinárias o que pode ter como consequência a liquidação do Plano, a existência de liminar que suspende as referidas contribuições, mencionou a paridade contributiva da patrocinadora e sinalizou que a abertura de um novo processo de migração poderia ser uma solução.

A Prece em uma tentativa de solucionar o problema, para aqueles que não migraram, firmou junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC um acordo juntamente com a CEDAE, CAC, ASAPAE, STIPDAENIT, AFTAE, ASEAC, SENGE e SINAERJ, no qual as partes se comprometem a realizar a reabertura do Plano Prece CV, cabendo à Prece até o dia 16/01/2015 enviar à PREVIC o processo de alteração dos Regulamentos dos Planos Prece I e II para cumprir o pactuado.

O prazo assinado foi cumprido e a Prece enviou para a PREVIC, através da CT. PRES n.º 006/2015 a documentação ne-

cessária para a autorização de reabertura da migração. O caso encontra-se nas mãos da autarquia para análise, desde então.

A Prece requereu judicialmente em 09/02/2015 a suspensão dos processos coletivos movidos pelos sindicatos até o término do prazo de migração para o Plano Prece CV, mas ainda não houve despacho da juíza.

## NOTA 10 - RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

### a) Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras

Encontra-se em fase de liquidação os processos administrativos, referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. O saldo a compensar em 31/12/2014 é de R\$ 1.133.374,75.

### b) PIS e COFINS

A Prece foi eximida da obrigação de cobrança do PIS e COFINS nos termos da Lei n.º 9718/98, por força de decisão concedida em 1ª instância no Mandado de Segurança autuado sob o n.º 2006.51.01.004247-7 razão pela qual mantem-se no aguardo do trânsito em julgado para proceder, a partir de então, ao levantamento dos depósitos judiciais, em torno de R\$ 1.806.000,00 e a compensação dos créditos no montante de R\$ 1.759.000,00.

Desde Janeiro de 2009, a PRECE vem recolhendo o PIS e a COFINS, através de DARF's, com base no parecer do escritório JCM&B. Assim, a base de cálculo dessas contribuições passou a ser calculada sobre a taxa de administração dos empréstimos, sobre a remuneração auferida a título de pro labore na administração das carteiras de seguros e do plano odontológico dos participantes, e sobre o contrato de fidelidade das folhas de pagamentos administradas pela PRECE junto ao Banco Itaú S/A

## NOTA 11 - PROVISÃO DEVEDORES DUVIDOSOS – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PRECE I

Em cumprimento às determinações contidas no Relatório de Fiscalização n.º 27/2012 da PREVIC, as contribuições extraordinárias do Plano Prece I vencidas e não liquidadas, por força de decisão judicial, e objeto do Equacionamento do Déficit no exercício de 2010, de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE e dos Participantes Ativos e Assistidos, continuam sendo provisionadas para perda, em consonância com a Instrução Normativa n.º 34, de 24 de setembro de 2009, ANEXO A – item 11, conforme quadro abaixo:

TAXA EXTRAORDINÁRIA PRECE I (4.565)			Contas a Receber - Valor Histórico	Provisão D.D.	Contas a Receber - Valor Líquido
<b>CONSOLIDADO</b>					
Acima de 360 dias	100,00%	Até Nov/13	135.580.812,09	135.580.812,09	0,00
241 a 360 dias	75,00%	De Dez/13 a Mar/14	17.192.712,77	12.894.534,58	4.298.178,19
121 a 240 dias	50,00%	De Abr/14 a Jul/14	14.066.913,52	7.033.456,76	7.033.456,76
61 a 120 dias	25,00%	De Ago/14 a Set/14	7.931.074,96	1.982.768,74	5.948.306,22
0 a 60 dias	0,00%	De Out/14 a Dez/14	15.182.901,77	0,00	15.182.901,77
<b>PATRONAL</b>			<b>75.375.582,18</b>	<b>62.285.923,14</b>	<b>13.089.659,04</b>
<b>PARTICIPANTES ATIVOS</b>			<b>75.375.582,18</b>	<b>62.285.923,14</b>	<b>13.089.659,04</b>
<b>PARTICIPANTES ASSISTIDOS</b>			<b>39.203.250,75</b>	<b>32.919.725,89</b>	<b>6.283.524,86</b>
<b>Totais</b>			<b>189.954.415,11</b>	<b>157.491.572,17</b>	<b>32.462.842,94</b>

As contribuições administrativas de 2% sobre as contribuições extraordinárias do Plano Prece I (4,565 vezes a contribuição normal), para o PGA- Plano de Gestão Administrativa, apropriadas no valor de R\$ 3.799.088,34, também foram provisionadas para perdas, seguindo o mesmo critério, resultando num montante de R\$ 3.149.831,49.

TAXA EXTRAORDINÁRIA PRECE I (4.385)			Contas a Receber - Valor Histórico	Provisão D.D.	Contas a Receber - Valor Líquido
CONSOLIDADO					
Acima de 360 dias	100,00%	Até Nov/13	0,00	0,00	0,00
241 a 360 dias	75,00%	De Dez/13 a Mar/14	0,00	0,00	0,00
121 a 240 dias	50,00%	De Abr/14 a Jul/14	13.512.248,79	6.756.124,40	6.756.124,39
61 a 120 dias	25,00%	De Ago/14 a Set/14	7.618.349,11	1.904.587,28	5.713.761,83
0 a 60 dias	0,00%	De Out/14 a Dez/14	14.584.233,15	0,00	14.584.233,15
<b>PATRONAL</b>			<b>14.393.973,15</b>	<b>3.456.637,32</b>	<b>10.937.335,83</b>
<b>PARTICIPANTES ATIVOS</b>			<b>14.393.973,15</b>	<b>3.456.637,32</b>	<b>10.937.335,83</b>
<b>PARTICIPANTES ASSISTIDOS</b>			<b>6.926.884,75</b>	<b>1.747.437,04</b>	<b>5.179.447,71</b>
<b>Totais</b>			<b>35.714.831,05</b>	<b>8.660.711,68</b>	<b>27.054.119,37</b>

As contribuições administrativas de 2% sobre as contribuições extraordinárias do Plano Prece I (4,385 vezes a contribuição normal), para o PGA- Plano de Gestão Administrativa, apropriadas no valor de R\$ 714.296,61, também foram provisionadas para perdas, seguindo o mesmo critério, resultando num montante de R\$ 173.214,23.

## NOTA 12 - CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – PRECE I

Em decorrência de ação judicial em curso, as contribuições extraordinárias devidas pelos Participantes Ativos e Assistidos e Patrocinadores não vêm sendo recolhidas ao plano, mas sim contabilizadas como provisão para devedores duvidosos, fato em que os dados da Reavaliação Atuarial trazidos por recorrência para dezembro de 2014, resultariam em apresentar déficit o que não é demonstrado em razão do não recolhimento das contribuições já referido. O montante desta insuficiência patrimonial de R\$ 379.274.000,95, é resultante da comparação do ativo líquido de R\$ 341.475.861,48, deduzido das contribuições extraordinárias não vertidas de R\$ 32.462.482,94 e R\$ 27.054.119,37, que perfaz R\$ 281.958.899,17, com as provisões matemáticas correspondentes a Benefícios Concedidos de R\$ 478.137.420,55 e a Benefícios a Conceder de R\$ 183.095.479,57, perfazendo o total de R\$ 661.232.900,12.

Diante de tal cenário foi reavaliado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, novo plano de custeio para o equacionamento do déficit com a contribuição extraordinária de 8,95 vezes até março de 2015 e 7,665 vezes o valor da contribuição normal a vigorar a partir de abril de 2015, a ser recolhida pelos Participantes e Patrocinadoras, com vistas ao equilíbrio do plano Prece I. No entanto, tais contribuições permanecem impedidas de serem vertidas pelas partes enquanto vigorar a medida judicial já mencionada, o que implica, na prática, na persistência da formação do déficit.

O valor da provisão matemática total é de R\$ 331.280.900,92, e este montante é resultado da soma do valor da provisão matemática de benefícios concedidos de R\$ 478.137.420,55 com a provisão matemática de benefícios a conceder de R\$ 183.095.479,57, e desse resultado é reduzida a provisão matemática a constituir de R\$ 329.951.999,20.

A contribuição extraordinária prevista no plano de custeio aprovado está considerada na Provisão Matemática a Constituir, razão pela qual é apurado o equilíbrio técnico do plano com saldo positivo residual foi de R\$ 10.194.960,56, correspondente a 3,0774% do total das provisões matemáticas calculadas em 31/12/2014, ou seja, a apuração levou em consideração o esperado cumprimento do custeio aprovado com recolhimento da contribuição extraordinária, por ora suspensa, por força de decisão judicial.

## NOTA 13 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, aplicando integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, e mantendo a escrituração de suas receitas e despesas em livros cujas formalidades legais são capazes de assegurar a sua exatidão.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2014.

**NELSON MARTINS PORTUGAL**

Diretor Presidente  
C.PF.: 005.089.507-91

**PAULINO CABRAL DA SILVA**

Diretor Administrativo e Financeiro  
C.PF.: 279.053.147-15

**LUIZ CARLOS ROSA GOULART**

Contador  
CRC-RJ:062.248-7  
C.PF.: 807.709.407-49

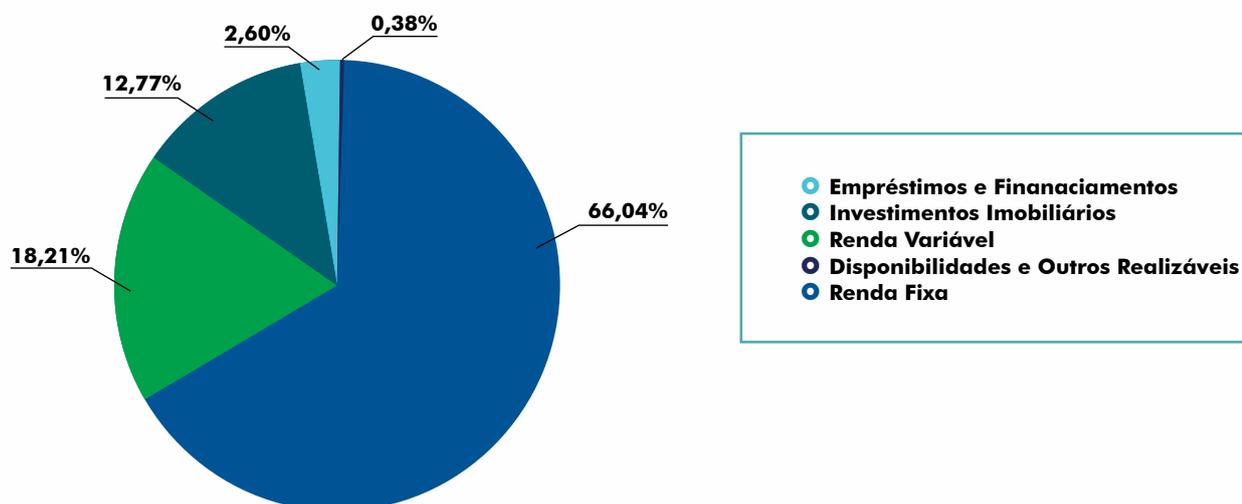
## DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Posição em 31 de dezembro de 2014

Composição dos Recursos Garantidores da PRECE  
Resolução CMN Nº 3.792 de 24/09/2009 alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31/10/2013.

DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	R\$ Saldo 2014	R\$ Saldo 2013	Composição	Variação
<b>Disponibilidades e Outros Realizáveis</b>	<b>6.199.681,82</b>	<b>4.395.581,94</b>	<b>0,38</b>	<b>41,04</b>
<b>Investimentos</b>	<b>1.638.887.126,71</b>	<b>1.649.853.397,73</b>	<b>99,62</b>	<b>-0,66</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.086.401.726,99</b>	<b>1.013.164.419,60</b>	<b>66,04</b>	<b>7,23</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>663.436,15</b>	<b>1.247.490,64</b>	<b>0,04</b>	<b>-46,82</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A/NTN-B/NTN-C	663.436,15	1.247.490,64	0,04	-46,82
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.085.738.290,84</b>	<b>1.011.916.928,96</b>	<b>66,00</b>	<b>7,30</b>
Renda Fixa - Planos	3.601.834,37	1.764.444,53	0,22	104,13
Multimercado - Planos	1.079.126.625,00	1.010.152.484,43	65,60	6,83
Estruturado - Planos	3.009.831,47	0,00	0,18	**
<b>Renda Variável</b>	<b>299.522.381,12</b>	<b>418.414.771,53</b>	<b>18,20</b>	<b>-28,41</b>
<b>Ações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Derivativos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>299.522.381,12</b>	<b>418.414.771,53</b>	<b>18,20</b>	<b>-28,41</b>
Multimercado - Planos	299.522.381,12	418.414.771,53	18,20	-28,41
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Investimentos no Exterior</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>210.162.511,73</b>	<b>171.809.185,98</b>	<b>12,78</b>	<b>22,32</b>
<b>Carteira Imobiliária</b>	<b>207.324.525,43</b>	<b>172.014.818,05</b>	<b>12,60</b>	<b>20,53</b>
<b>Contas a (Pagar) e a Receber</b>	<b>2.837.986,30</b>	<b>-205.632,07</b>	<b>0,17</b>	<b>-1.480,13</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>42.800.506,87</b>	<b>46.465.020,62</b>	<b>2,60</b>	<b>-7,89</b>
<b>Carteira de Empréstimos ao Participantes</b>	<b>44.250.937,29</b>	<b>46.780.259,98</b>	<b>2,69</b>	<b>-5,41</b>
<b>Contas a (Pagar) e a Receber</b>	<b>-1.450.430,42</b>	<b>-315.239,36</b>	<b>-0,09</b>	<b>-360,10</b>
<b>Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários</b>	<b>1.645.086.808,53</b>	<b>1.654.248.979,67</b>	<b>100,00</b>	<b>-0,55</b>
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>5.102.969,96</b>	<b>3.718.408,68</b>	<b>0,31</b>	<b>37,24</b>
Renda Fixa - Gestão Administrativa	5.102.969,96	3.718.408,68	0,31	37,24
<b>Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários e PGA</b>	<b>1.650.189.778,49</b>	<b>1.657.967.388,35</b>	<b>100,00</b>	<b>-0,47</b>

### RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS



### METODOLOGIA OU AS FONTES DE REFERÊNCIA ADOTADAS PARA O APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

Adotamos o manual de precificação do agente custodiante - SANTANDER como metodologia de apreçamento dos ativos da fundação, com a chancela do administrador dos fundos de investimento - CAIXA. Lembramos que a metodologia segue as premissas da legislação vigente conforme os normativos emitidos pelos órgãos reguladores (CVM, SPC, SUSEP).

### METODOLOGIA E OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE MERCADO, DE LIQUIDEZ, OPERACIONAL, LEGAL E SISTÊMICO

**1- Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de crédito:** A assessoria de risco de investimentos - AS-RIN, adota metodologia própria para a avaliação do risco de crédito informando nos relatórios enviados mensalmente. Os

critérios para avaliação de crédito utilizará as agências classificadoras Standard&Poors, Moody's, Fitch e SR Rating para a definição dos ativos componentes do segmento de renda fixa. Como referência, vale a pior ou a única classificação, não valendo ainda classificações por agências diferentes das mencionadas. A PRECE poderá investir em ativos com nota soberana limite inferior de BBB+ dada por uma das agências classificadoras de risco supracitadas.

**2- Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de liquidez:** A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, adota metodologia própria para a avaliação do risco de liquidez informando nos relatórios enviados mensalmente. Os critérios para avaliação de liquidez tem como seu principal objetivo oferecer ao AETQ informações relevantes sobre a liquidez do plano para o curto prazo (período de 2 anos) em um cenário estressado, para mitigar o risco de liquidez do plano. Também oferecemos um relatório estendido para o período de médio prazo (7 anos) e para o período de longo prazo (acima de 7 anos) para que possa servir de norte ao gestor na escolha de sua estratégia.

**3- Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos legal:** A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, informa mensalmente relatórios de enquadramentos dos planos da PRECE, com o intuito de verificar a aderência da fundação a resolução 3.792 e suas alterações. Também é fornecido conjuntamente ao relatório de enquadramento legal, um relatório de enquadramento dos ativos da fundação em relação a sua política de investimentos.

**4- Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de mercado:** A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, adota metodologia do cálculo do VaR – Value-at-Risk com nível de confiança de 95% no horizonte de 1 dia. Portanto, a avaliação do risco de mercado é enviado diariamente, no qual é observado o apetite de risco da fundação conforme descrito no política de Investimento da PRECE.

**Metodologia e os Critérios para avaliação dos risco sistêmico:** Risco sistêmico se refere a perturbações generalizadas no mercado financeiro, causados por fatores tanto endógenos quanto exógenos ao mercado, ou seja, fora do controle desta fundação e que possuem a característica de terem forte capacidade de propagação e contágio entre os demais segmentos do mercado. Desta forma, esse conceito se aplica ao risco inerente e não diversificável que a fundação corre ao utilizar o mercado financeiro como sua principal fonte de renda. Para mensurar este risco, esta assessoria de risco de investimento – ASRIN, utiliza cenários estressados e dados referentes a crises passadas, fornecidos pela bolsa de valores, como referência para que possamos estimar o total de risco que a entidade corre através de sua carteira de ativos.

**5- Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos Operacionais:** A definição da metodologia de gestão de riscos empregada pela Prece baseia-se nos conceitos e diretrizes previstas na Resolução CGPC nº 13, de 01/10/04. Além da resolução supra citada, foi observado, também, o disposto na Recomendação CGPC nº 2, 27/04/09, que aconselha a utilização de metodologia de supervisão baseada em risco, e supervisão das EFPCs, inclusive no programa anual de fiscalização, pela PREVIC.

A Assessoria de Riscos e Controle – ASRIC é a unidade operacional responsável pelo desenvolvimento e implementação dos processos correlatos às rotinas de controle e gestão dos riscos operacionais inerentes às atividades desenvolvidas pela PRECE.

Esta avaliação deverá ter como princípio, a mensuração da probabilidade de ocorrência, gravidade, além da avaliação dos fatores externos capazes de mitigar ou potencializar o risco conforme condições apresentadas a seguir:

- a) a probabilidade de ocorrência do risco face a frequência com que o processo operacional associado a ele é desenvolvido;
- b) a gravidade das possíveis consequências prejudiciais mensuradas em função do patrimônio da entidade;
- c) o Fator de Agravamento face ao volume de riscos que determinado processo operacional encontra-se exposto;
- d) o nível de exposição ao risco, componente obtido através da combinação dos fatores de probabilidade, gravidade e agravamento dos riscos;
- e) Avaliação da Eficiência dos Controles internos adotados no intuito de monitorar tanto os processos quanto os riscos associados aos mesmos;
- f) a análise dos fatores capazes de mitigar e potencializar a incidência ou mesmo o impacto associado ao risco;
- g) o risco inerente, é obtido através da aplicação dos resultados dos fatores de potencialização e mitigação sobre o nível de exposição ao risco.

O resultado obtido é classificado através de estabelecimento de faixas de aceitação do risco, conforme diagrama apresentado a seguir com suas ações propostas:

**MÍNIMO-** significa que não é necessário adotar medidas mitigadoras, a menos que se possa reduzir mais o risco com pouco custo.

**MÉDIO** - significa que os procedimentos avaliados possuem um potencial de geração de dano elevado. É recomendável que sejam adotadas ações mitigadoras para reduzir o risco.

**EXTREMO** - significa que os processos avaliados encontram-se num nível de exposição ao risco extremamente elevado, expondo a Entidade num nível de risco temerário. Deverão ser aprimorados os mecanismos de controle, além da adoção de Planos de Ação junto aos gestores dos processos no intuito de reduzir tal condição pelo menos ao nível tolerável de risco.

## UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A PRECE pode se utilizar de instrumentos derivativos, de acordo art. 44 da Resolução CMN 3792/09, desde que respeite várias condições de forma cumulativa : i) avaliação dos riscos envolvidos; ii) sistema de controle interno das operações; iii) registro das operações na BM&F Bovespa; iv) atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; v) valor total dos prêmios de opções pagos limitados a cinco por cento de títulos públicos federais, valores mobiliários e ações do Ibovespa de cada plano ou fundo de investimento; e vi) existência de depósito de margem.

## OBSERVÂNCIA OU NÃO DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os investimentos administrados pela PRECE efetuarão, quando possível e economicamente viável, a realização de investimentos com observância aos princípios de responsabilidade socioambiental.

# INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO PGA

SEGMENTOS	MÍNIMO	META	MÁXIMO	Alocação de Recursos
RENDA FIXA	100%	100%	100%	100%

\* Posição em 31/12/2014

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência					
Período de Referência	Participação	Plano/Segmento	Percentual do Indexador	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	100%	Renda Fixa	100%	DI-CETIP	0,00%

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC/CDI

Rentabilidade - PGA*	2014	
	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Renda Fixa	10,22%	10,22%
Meta Atuarial - 100% CDI	10,76%	10,76%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Passamos por mais um ano repleto de incertezas e dificuldades no que tange aos cenários econômico e financeiro. Houve a expectativa durante todo o ano de possíveis aumentos da taxa de juros - SELIC visando conter a inflação, fato que ocorreu em três oportunidades. Os aumentos graduais foram até certo ponto surpreendentes para o mercado de renda fixa, alterando as expectativas e as estratégias adotadas por vários gestores.

Além das tensões econômicas e políticas internas, especialmente no que tange a inflação e às eleições presidenciais,

no mercado internacional tivemos EUA com expectativas de retirada dos estímulos monetários; Europa com dificuldades para superar o cenário recessivo de alguns países; e a China com redução de estímulos ao crescimento e aumento da taxa de inflação.

Desta forma, o PGA, que é composto somente do segmento de Renda Fixa, alcançou um bom desempenho, com rentabilidade de 10,22%.

Rentabilidade - PGA	2014	
	Fundos de Investimento	Rent. Líquida
Santander FIC FI Inst Ref DI	10,95%	10,95%
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	10,67%	10,67%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PRECE I E II

### DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL

PLANO: PRECE I	Valores Expressos em Milhares de Reais			
	CONSOLIDADO			
	DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>390.491</b>	<b>373.363</b>	<b>4,59</b>	
Disponível	1.159	1.308	(11,35)	
Recebível	66.930	33.322	100,86	
Investimento	322.402	338.733	(4,82)	
Fundos de Investimento	269.123	289.121	(6,92)	
Investimentos Imobiliários	45.497	40.441	12,50	
Empréstimos	7.533	8.930	(15,65)	
Outros Realizáveis	250	241	4,12	
Permanente	0	0	0,00	
<b>2. Obrigações</b>	<b>43.112</b>	<b>43.828</b>	<b>(1,63)</b>	
Operacional	22.425	24.717	(9,27)	
Contingencial	20.687	19.111	8,25	
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>5.903</b>	<b>4.575</b>	<b>29,04</b>	
Fundos Administrativos	2.306	1.603	43,85	
Fundos dos Investimentos	3.598	2.972	21,05	
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	
<b>5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>341.476</b>	<b>324.960</b>	<b>5,08</b>	
Provisões Matemáticas	331.281	323.587	2,38	
Superávit/Déficit Técnico	10.195	1.373	642,33	

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL

PLANO: PRECE II

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>1. Ativos</b>	<b>152.847</b>	<b>158.328</b>	<b>(3,46)</b>
Disponível	4	0,795	455,93
Receível	4.257	3.416	24,64
Investimento	148.585	154.912	(4,08)
Fundos de Investimento	125.414	133.160	(5,82)
Investimentos Imobiliários	19.547	17.557	11,33
Empréstimos	3.515	4.090	(14,06)
Outros Realizáveis	109	105	3,70
Permanente	0	0	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>14.083</b>	<b>14.968</b>	<b>(5,91)</b>
Operacional	10.366	11.580	(10,48)
Contingencial	3.717	3.388	9,71
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.227</b>	<b>1.944</b>	<b>14,52</b>
Fundos Administrativos	465	397	17,07
Fundos dos Investimentos	1.762	1.547	13,87
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>136.536</b>	<b>141.417</b>	<b>(3,45)</b>
Provisões Matemáticas	162.883	154.302	5,56
Superávit/Déficit Técnico	(26.347)	(12.885)	104,47

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL

PLANO: PRECE I

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>324.960</b>	<b>337.086</b>	<b>-3,60</b>
<b>1. Adições</b>	<b>128.227</b>	<b>85.997</b>	<b>49,11</b>
(+) Contribuições	98.929	72.023	37,36
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.298	13.974	109,66
<b>2. Destinações</b>	<b>(111.711)</b>	<b>(98.123)</b>	<b>13,85</b>
(-) Benefícios	(98.329)	(90.681)	8,43
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(6.553)	(6.038)	8,52
(-) Custeio Administrativo	(6.829)	(1.404)	386,47
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>16.516</b>	<b>(12.126)</b>	<b>(236,20)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	7.694	(54.072)	(114,23)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	8.822	41.946	(78,97)
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
(+/-) Operações Transitórias	0	0	0,00
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>341.476</b>	<b>324.960</b>	<b>5,08</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>5.903</b>	<b>4.575</b>	<b>29,04</b>
(+/-) Fundos Administrativos	2.306	1.603	43,85
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.598	2.972	21,05

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL

PLANO: PRECE II

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>141.417</b>	<b>146.915</b>	<b>-3,74</b>
<b>1. Adições</b>	<b>14.530</b>	<b>13.192</b>	<b>10,14</b>
(+) Contribuições	1.634	5.841	-72,02
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.896	5.715	125,64
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	1.636	-100,00
<b>2. Destinações</b>	<b>(19.410)</b>	<b>(18.690)</b>	<b>3,85</b>
(-) Benefícios	(19.057)	(18.564)	2,66
(-) Constituição de Contingências-Gestão Previdencial	(329)	0	**
(-) Custeio Administrativo	(24)	(126)	(81,31)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(4.881)</b>	<b>(5.498)</b>	<b>(11,21)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	8.581	6.723	27,63
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(13.462)	(12.221)	10,16
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>136.536</b>	<b>141.417</b>	<b>(3,45)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>2.227</b>	<b>1.944</b>	<b>14,52</b>
(+/-) Fundos Administrativos	465	397	17,07
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.762	1.547	13,87

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT

**PLANO: PRECE I**

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>388.186</b>	<b>371.760</b>	<b>4,42</b>
<b>1.Provisões Matemáticas</b>	<b>331.281</b>	<b>323.586</b>	<b>2,38</b>
<b>1.1.Benefícios Concedidos</b>	<b>478.137</b>	<b>449.768</b>	<b>6,31</b>
Benefício Definido	478.137	449.768	6,31
<b>1.2.Benefício a Conceder</b>	<b>183.095</b>	<b>224.127</b>	<b>(18,31)</b>
Benefício Definido	183.095	224.127	(18,31)
<b>1.3.(-)Provisões matemáticas a construir</b>	<b>(329.952)</b>	<b>(350.308)</b>	<b>(5,81)</b>
(-) Déficit Equacionado	(382.534)	(185.207)	106,54
(-)Patrocinador(es)	(70.123)	(36.608)	91,55
(-)Participantes	(70.123)	(36.608)	91,55
(-)Assistidos	(242.288)	(111.992)	116,34
(+/-)Por ajustes das contribuições extraordinárias	52.582	(165.101)	(131,85)
(+/-)Patrocinador(es)	10.232	(35.971)	(128,45)
(+/-)Participantes	10.232	(35.971)	(128,45)
(+/-)Assistidos	32.117	(93.159)	(134,48)
<b>2.Equilíbrio Técnico</b>	<b>10.195</b>	<b>1.373</b>	<b>642,33</b>
<b>2.1.Resultados Realizados</b>	<b>10.195</b>	<b>1.373</b>	<b>642,33</b>
Superávit técnico acumulado	10.195	1.373	642,33
Reserva de contingência	10.195	1.373	642,33
<b>2.2.Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>3.598</b>	<b>2.972</b>	<b>21,05</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial</b>	<b>3.598</b>	<b>2.972</b>	<b>21,05</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>22.425</b>	<b>24.717</b>	<b>(9,27)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>5.948</b>	<b>4.976</b>	<b>19,53</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>16.477</b>	<b>19.741</b>	<b>(16,53)</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>20.687</b>	<b>19.111</b>	<b>8,25</b>
<b>5.1 Gestão Previdencial</b>	<b>20.687</b>	<b>19.111</b>	<b>8,25</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT

**PLANO: PRECE II**

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>152.381</b>	<b>157.932</b>	<b>(3,51)</b>
<b>1.Provisões Matemáticas</b>	<b>162.883</b>	<b>154.302</b>	<b>5,56</b>
<b>1.1.Benefícios Concedidos</b>	<b>160.326</b>	<b>151.891</b>	<b>5,55</b>
Benefício Definido	160.326	151.891	5,55
<b>1.2.Benefício a Conceder</b>	<b>2.557</b>	<b>2.411</b>	<b>6,04</b>
Benefício Definido	2.557	2.411	6,04
<b>1.3.(-)Provisões matemáticas a construir</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2.Equilíbrio Técnico</b>	<b>(26.347)</b>	<b>(12.885)</b>	<b>104,47</b>
<b>2.1.Resultados Realizados</b>	<b>(26.347)</b>	<b>(12.885)</b>	<b>104,47</b>
(-)Déficit técnico acumulado	(26.347)	(12.885)	104,47
<b>2.2.Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>1.762</b>	<b>1.547</b>	<b>13,87</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial</b>	<b>1.762</b>	<b>1.547</b>	<b>13,87</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>10.366</b>	<b>11.580</b>	<b>(10,48)</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>115</b>	<b>50</b>	<b>128,97</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>10.251</b>	<b>11.530</b>	<b>(11,09)</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>3.717</b>	<b>3.388</b>	<b>9,72</b>
<b>5.1 Gestão Previdencial</b>	<b>3.717</b>	<b>3.388</b>	<b>9,72</b>

## PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PRECE I E PRECE II

### PARECER ATUARIAL PRECE I

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2014, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 30/06/2014 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2014.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00	
	R\$	
<b>- Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$</b>	<b>478.137.420,55</b>
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$	478.137.420,55
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$	299.225.624,16
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	R\$	178.911.796,39
<b>- Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$</b>	<b>183.095.479,57</b>
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$	179.177.867,47
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$	190.273.069,91
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	-5.541.234,02
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	-5.553.968,42
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$	3.917.612,10
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$	4.159.954,70
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	-121.148,43
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	-121.194,17
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$	0,00
<b>- Provisões Matemáticas a Constituir<sup>(1)</sup></b>	<b>R\$</b>	<b>329.951.999,20</b>
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	-382.534.095,20
- Patrocinador(es)	R\$	-70.123.123,91
- Participantes	R\$	-70.123.123,91
- Assistidos	R\$	-242.287.847,38
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$	52.582.096,00
- Patrocinador(es)	R\$	10.232.440,66
- Participantes	R\$	10.232.440,66
- Assistidos	R\$	32.117.214,68
<b>- Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>R\$</b>	<b>331.280.900,92</b>
<b>- Fundo Previdencial</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	R\$	0,00
- Revisão de Plano	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$	0,00

O valor das Provisões Matemáticas obtido no exercício de 2013 projetado para a data base do cadastro de 2014, correspondeu a R\$ 357.010.558,13, enquanto que o valor obtido para as provisões matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2014, foi de R\$ 308.275.004,50. Parte desta variação é decorrente da evolução da massa de participantes, alteração nas hipóteses atuariais, não inclusão das contribuições extraordinárias no valor estimado para Resgate, bem como a revisão do Plano de custeio.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- a) desligamento de participantes;
- b) comportamento da evolução salarial;
- c) rentabilidade incompatível com a esperada;
- d) tábuas biométricas;
- e) alterações no teto de salário de contribuição e de benefícios do INSS.

(1) Corresponde ao custeio aprovado para o exercício de 2015, entretanto conforme orientação do Conselho Deliberativo registramos que o recolhimento das contribuições extraordinárias para o plano está suspenso por força de determinação judicial.

## Esclarecemos ainda, que:

### a) Dados e Estatísticas

Os dados dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 30/06/2014.

O cadastro de participantes recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistências, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações enviadas à análise da entidade. Registramos que não é garantido que todas as distorções tenham sido identificadas e analisadas, entretanto diante da responsabilidade da Entidade, do Patrocinador e de seus representantes legais sobre a conformidade e autenticidade das informações prestadas, os dados individuais foram considerados aceitáveis após os ajustes necessários;

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 1.382, sendo 1.331 do sexo masculino e 51 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 55,90 anos e a média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano ponderado pelo seu valor estimado é igual a 2,62 anos.

Não há participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

O total de participantes assistidos é de 1.387, sendo 278 participantes recebendo benefício de aposentadoria por invalidez e 1.109 recebendo benefícios de aposentadoria normal/antecipada. Os assistidos inválidos têm idade média de 61,04 anos de idade e benefício médio de R\$ 819,47. Já os demais assistidos têm idade média de 72,35 anos de idade e benefício médio de R\$ 2.135,14.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 1.407 e o total de beneficiários é de 1.609, com complemento médio de R\$ 847,34.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 14,26 anos.

### b) Regulamento

Este parecer tem como base a avaliação atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 1.006, segundo publicação no Diário Oficial de 05/01/2011;

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões, sendo complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

### c) Hipóteses Atuariais

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, sendo subsidiados pelos estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através da CT-1699/2014 e pelos técnicos da área de investimentos.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO:** 0% a.a. participantes autopatrocinados e 1,49% a.a. para os demais participantes.  
**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CEDAE - DF Nº 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regu-

lamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006..

- **HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS:** 0% a.a.

**Justificativa:** O plano está fechado a novas adesões.

- **HIPÓTESES SOBRE ROTATIVIDADE (%):** 1% a.a.

**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CE-DAE - DF Nº, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **TAXA REAL ANUAL DE JUROS:** 5,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):** INPC

**Justificativa:** Corresponde ao indexador previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS:** 0% a.a.

**Justificativa:** Não há expectativa de Crescimento Real para o Maior Salário de Benefício do INSS.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:** 0% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando que o critério fixado no Regulamento do Plano prevê somente a atualização de valores.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS:** Fator correspondente a 6,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da diretoria pela RD - Nº 512/2014.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:** Fator correspondente a 6,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da Diretoria pela RD - Nº 512/2014.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS:** Fator correspondente a 6,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da diretoria pela RD - Nº 512/2014.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M

**Justificativa:** Definida considerando o resultado do Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013 e o disposto na Resolução 18/2006, conforme aprovado em Diretoria.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS

**Justificativa:** Definida considerando o resultado do Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013, conforme aprovado em Diretoria.

- **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ:** IAPB 57 FRACA

**Justificativa:** Definida considerando o Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013.

- **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS:** não há

**Justificativa:** Não há.

- **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** Gerado em função das informações encaminhadas para a avaliação atuarial - Hx\_2013

**Justificativa:** Família real no caso das pensões concedidas e para as pensões a conceder admite-se o Hx\_2013.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

- Taxa real anual de juros, que passou de 5,75% a.a. para 5,50% a.a.;
- Fator de determinação do valor real do longo do tempo dos salários que passou de um fator correspondente de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5% a.a. de inflação;
- Fator de determinação do valor real do longo do tempo dos benefícios da Entidade que passou de um fator correspondente de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5% a.a. de inflação;
- Fator de determinação do valor real do longo do tempo dos benefícios do INSS que passou de um fator correspondente de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5% a.a. de inflação;
- Projeção do Crescimento Real de Salário que passou de 0,73% a.a. para um percentual de 1,49% a.a.;
- Hipótese sobre rotatividade que passou a corresponder de 0% a.a. para 1% a.a.;

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime financeiro de capitalização, método agregado.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

Conforme informação da Entidade, a rentabilidade do plano de benefício, no exercício de 2014, atingiu o percentual de 12,37%, resultando em Rentabilidade real líquida de 5,78%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 6,23% no período.

**Paula Vieira Machado da Cunha  
Castro D'Almeida Marques**

Atuária MIBA 1374

**Marília Vieira Machado da Cunha Castro**

Atuária MIBA 351

#### d) Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

<b>Ativo Bruto</b>	<b>R\$ 390.491.763,49</b>
Exigível Operacional	R\$ 22.425.318,11
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>R\$ 20.687.365,87</b>
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 5.903.218,03
<b>Ativo Líquido dos Exigíveis</b>	<b>R\$ 341.475.861,48</b>

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

#### e) Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano estava equilibrado, registrando Reserva de Contingência correspondente a 3,0774% da Provisão Matemática.

#### f) Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 05/2014.

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, o plano de custeio tem vigência em 01/04/2015, entretanto em decorrência de ação judicial em curso, as contribuições adicionais devidas pelos participantes ativos e assistidos e Patrocinadores não vêm sendo recolhidas ao plano.

### PARECER ATUARIAL PRECE II

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2014, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 30/06/2014 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2014.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00	
<b>- Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$</b>	<b>160.326.349,49</b>
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$	160.326.349,49
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$	82.477.124,60
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	R\$	77.849.224,89
<b>- Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$</b>	<b>2.556.765,35</b>
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$	2.556.765,35
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$	2.556.765,35
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00

	Valores em R\$ 1,00	
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$	0,00
<b>- Provisões Matemáticas a Constituir<sup>(1)</sup></b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
<b>- Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>R\$</b>	<b>162.883.114,84</b>
<b>- Fundo Previdencial</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	R\$	0,00
- Revisão de Plano	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$	0,00

O valor das Provisões Matemáticas obtido no exercício de 2013 projetado para a data base do cadastro de 2014, correspondeu a R\$ 156.659.806,08, enquanto que o valor obtido para as provisões matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2014, foi de R\$ 164.298.103,07. Parte desta variação é decorrente da alteração das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2014.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- a) desligamento de participantes;
- b) comportamento da evolução salarial;
- c) rentabilidade incompatível com a esperada;
- d) tábuas biométricas;
- e) alterações no teto de salário de contribuição e de benefícios do INSS.

#### Esclarecemos ainda, que:

##### a) Dados e Estatísticas

Os dados dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 30/06/2014.

O cadastro de participantes recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistências, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações enviadas à análise da entidade. Registramos que não é garantido que todas as distorções tenham sido identificadas e analisadas, entretanto diante da responsabilidade da Entidade, do Patrocinador e de seus representantes legais sobre a conformidade e autenticidade das informações prestadas, os dados individuais foram considerados aceitáveis após os ajustes necessários;

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 1.192, sendo 1.144 do sexo masculino e 48 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 55,98 anos e a média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano é igual a 2,42 anos.

Não há participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

O total de participantes assistidos é de 275, sendo 18, participantes recebendo benefício de aposentadoria por invalidez e 257 recebendo benefícios de aposentadoria normal/antecipada. Os assistidos

dos inválidos têm idade média de 72,00, anos e benefício médio de R\$ 1.161,07. Já os demais assistidos têm uma idade média de 78,68 anos de idade e um benefício médio de R\$ 2.812,88.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 547 e o total de beneficiários é de 583, com benefício médio de R\$ 1.436,58.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 10,61 anos.

##### b) Regulamento

Este parecer tem como base a avaliação atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 1.007, segundo publicação no Diário Oficial de 05/01/2011;

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões, sendo complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

##### c) Hipóteses Atuariais

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, sendo subsidiados pelos estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através da CT-1700/2014 e pelos técnicos da área de investimentos.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO:** 0% a.a. participantes autopatrocinados e 1,49% a.a. para os demais participantes.

**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CEDAE - DF N° 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

- **HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS:** 0% a.a.

**Justificativa:** O plano está fechado a novas adesões.

- **HIPÓTESES SOBRE ROTATIVIDADE (%):** 1% a.a.

**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CE-

DAE - DF N°, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

● **TAXA REAL DE JUROS AO ANO:** 5,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

● **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):** INPC

**Justificativa:** Corresponde ao indexador previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.

● **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS:** 0% a.a.

**Justificativa:** Não há expectativa de Crescimento Real para o Maior Salário de Benefício do INSS.

● **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO PLANO:** 0% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando que o critério fixado no Regulamento do Plano prevê somente a atualização de valores.

● **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS:** Fator correspondente a Fator correspondente a 6,5 a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da diretoria pela RD - N° 512/2014.

● **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:**

Fator correspondente a Fator correspondente a 6,5 a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da diretoria pela RD - N° 512/2014.

● **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS:** Fator correspondente a Fator correspondente a 6,5 a.a.

**Justificativa:** Percentual de inflação aprovado pela Diretoria Executiva em reunião da diretoria pela RD - N° 512/2014.

● **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M  
**Justificativa:** Definida considerando o Estudo de Adequência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC N° 7, de 12/12/2013 e aprovado em Diretoria.

● **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS  
**Justificativa:** Definida considerando o Estudo de Adequência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC N° 7, de 12/12/2013 e aprovado em Diretoria.

● **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ:** IAPB57 FRACA  
**Justificativa:** Definida considerando o Estudo de Adequência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC N° 7, de 12/12/2013 e aprovado em Diretoria.

● **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS:** Não há

● **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** GERADO EM FUNÇÃO DAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS PARA A AVALIAÇÃO ATUARIAL - HX\_2013.

**Justificativa:** Família real no caso das pensões concedidas e para as pensões a conceder admiti-se o Hx\_2013.

● **OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE:** Não há

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reava-

liação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

● Taxa Real Anual de Juros que passou de 5,75%a.a. para corresponder a 5,5%a.a.;

● Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários que passou de um fator de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5%a.a. de inflação;

● Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade que passou de um fator de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5%a.a. de inflação;

● Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS que passou de um fator de 5,9% a.a. de inflação para um fator correspondente a 6,5%a.a. de inflação;

● Projeção de Crescimento Real de Salário que passou de 0,73%a.a. para 1,49%a.a.;

● Hipótese sobre Rotatividade que passou de 0%a.a. para 1%a.a.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de Capitalização (Método Agregado);

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

A rentabilidade do plano de benefício, no exercício de 2014, atingiu o percentual de 12,37%, resultando em Rentabilidade real líquida de 5,78%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 6,23% no período.

#### d) Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

<b>Ativo Bruto</b>	<b>R\$ 152.846.273,26</b>
Exigível Operacional	R\$ 10.366.223,68
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>R\$ 3.717.278,58</b>
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 2.226.552,42
<b>Ativo Líquido dos Exigíveis</b>	<b>R\$ 136.536.218,58</b>

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

#### e) Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está deficitário em 16,1753% das Provisões Matemáticas.

Considerando o disposto no artigo 28 da Resolução CGPC no. 26/2008 com suas alterações posteriores, recomendamos o acompanhamento dos resultados observados para adoção das medidas cabíveis ainda no exercício de 2015.

#### f) Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 02/2014.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

**Paula Vieira Machado da Cunha**  
**Castro D'Almeida Marques**

Atuária MIBA 1374

**Marília Vieira Machado da Cunha Castro**  
Atuária MIBA 351

# INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANOS PRECE I E II

SEGMENTOS	MÍNIMO	META	MÁXIMO	Alocação de Recursos
RENDA FIXA	40%	55%	100%	65%
RENDA VARIÁVEL	25%	35%	70%	19%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	10%	15%	20%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%	0%
IMÓVEIS	5%	5%	8%	13%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	3%	5%	15%	3%

\* Posição em 31/12/2014

Não existiram oportunidades atrativas no mercado para realizarmos aplicações no segmento de investimentos estruturados. Existe um desenquadramento passivo no segmento de imóveis, fruto das reavaliações, reflexo do crescimento dos valores dos imóveis no mercado.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	INPC	5,75%

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,75%
Renda Variável	IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; MLCX; SMLL; ISE; ICO2; ITEL; IEE; INDX; ICON; IMOB; IFNC; IMAT; ITAG; IGC; INPC+5,75%
Invest. Estruturados	IFM; IMM; ILS; IFM-I; IFM-M; IHFA; IFIX; INPC+5,75%
Invest. No Exterior	MSCI WORLD INDEX; IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; INPC+5,75%
Imóveis	IGP-M; IGP-DI; INPC+5,75%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,75%

Rentabilidade - Planos Prece I e II		
Segmento	2014	
	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Renda Fixa	7,45%	7,45%
Renda Variável	3,66%	3,66%
Imóveis	36,89%	36,89%
Empréstimos a Participantes	65,09%	65,09%
Meta atuarial - INPC + 5,75%	12,35%	12,35%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Passamos por mais um ano repleto de incertezas e dificuldades no que tange aos cenários econômico e financeiro. Houve a expectativa durante todo o ano de possíveis aumentos da taxa de juros - SELIC visando conter a inflação, fato que ocorreu em três oportunidades. Os aumentos graduais foram até certo ponto surpreendentes para o mercado de renda fixa, alterando as expectativas e as estratégias adotadas por vários gestores. Em relação ao mercado de renda variável, este terminou mais um ano com performance negativa. Além das tensões econômicas e políticas internas, especialmente no que tange à inflação e às eleições presidenciais, no mercado internacional tivemos EUA com expectativas de retirada dos estímulos monetários; Europa com dificuldades para superar o cenário recessivo de alguns países; e a China com redução de estímulos ao crescimento e aumento da taxa de inflação, sendo alguns destes fatores preponderantes para o fraco desempenho do índice Bovespa.

Desta forma, os Planos Prece I e II rentabilizaram no ano 12,37%, superando a meta atuarial (12,35%), com destaque para a excelente rentabilidade dos segmentos de Imóveis e Op. com Participantes.

Fundos de Investimento	2014	
	Rent. Bruta	Rent. Líquida
FIC Alegria	7,44%	7,44%
FIC Laranjal	3,66%	3,66%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Gestão Interna	Taxa de administração	Taxa de performance
FIC Alegria	0,09% a.a. ou valor mínimo R\$ 10.416,67	Não há
FIC Laranjal		

Gestão Terceirizada	Taxa de administração	Taxa de performance
FI Caixa Prece RF	entre 0,07% a.a. e 0,10% a.a.	Não há
BRZ Inst. FIC FIA	entre 1,0% a.a. e 2,0% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100
Ribeirão das Lajes FIC FIA	valor mínimo R\$ 4.200,00 ou entre 0,51% a.a. e 0,76% a.a.	15% do que exceder 100% Ibovespa
Athena Tot. Ret. FIC FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

\*% do patrimônio líquido dos fundos.

PRECE I	R\$
Custo com CETIP/SELIC e Taxa de Custódia	10.288,84
Corretagens pagas	344.365,71
Honorários e Consultorias	286.026,46
Honorários Periciais	30.575,00
Custas Judiciais	26.677,03
Avaliação Imobiliária	6.858,45
<b>TOTAL</b>	<b>704.791,49</b>

<b>Reembolso de despesas de investimentos(do plano para o PGA)</b>	<b>1.523.756,21</b>
--	---------------------

PRECE II	R\$
Custo com CETIP/SELIC e Taxa de Custódia	4.402,76
Corretagens pagas	162.183,18
Honorários e Consultorias	112.624,15
Custas Judiciais	10.501,66
Avaliação Imobiliária	2.699,06
<b>TOTAL</b>	<b>292.410,81</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos(do plano para o PGA)(*)</b>	<b>696.110,32</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do Balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão Administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE III (CD)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL			
PLANO: PRECE III	Valores Expressos em Milhares de Reais		
CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>4.496</b>	<b>3.259</b>	<b>37,95</b>
Disponível	112	95	18,88
Recebível	51	103	(50,09)
Investimento	4.332	3.062	41,51
Títulos Públicos	663	1.247	(46,82)
Fundos de Investimento	3.602	1.764	104,13
Empréstimos	67	50	35,01
Permanente	0	0	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>209</b>	<b>164</b>	<b>27,76</b>
Operacional	209	164	27,76
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>62</b>	<b>50</b>	<b>25,10</b>
Fundos Administrativos	50	41	22,16
Fundos dos Investimentos	12	9	38,57
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>4.224</b>	<b>3.046</b>	<b>38,71</b>
Provisões Matemáticas	3.642	2.566	41,93
Superávit/Déficit Técnico	144	137	5,10
Fundos Previdenciais	438	342	28,09

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL			
PLANO: PRECE III	Valores Expressos em Milhares de Reais		
CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.046</b>	<b>2.633</b>	<b>15,67</b>
<b>1. Adições</b>	<b>1.292</b>	<b>744</b>	<b>73,48</b>
(+) Contribuições	922	744	23,89
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	369	0	**
<b>2. Destinações</b>	<b>(113)</b>	<b>(332)</b>	<b>-66,09</b>
(-) Benefícios	(57)	(51)	10,41
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(215)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(56)	(66)	(15,26)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>1.179</b>	<b>413</b>	<b>185,78</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	1.076	405	165,34
(+/-) Fundos Previdenciais	96	263	(63,47)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	7	(256)	(102,73)
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>4.224</b>	<b>3.046</b>	<b>38,71</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>62</b>	<b>50</b>	<b>25,10</b>
(+/-) Fundos Administrativos	50	41	22,16
(+/-) Fundos dos Investimentos	12	9	38,57

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT			
PLANO: PRECE III	Valores Expressos em Milhares de Reais		
CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.446</b>	<b>3.218</b>	<b>38,14</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.642</b>	<b>2.566</b>	<b>41,93</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>51</b>	<b>22</b>	<b>137,84</b>
Contribuição Definida	51	22	137,84
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>3.591</b>	<b>2.545</b>	<b>41,11</b>
Contribuição Definida	3.591	2.545	41,11
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a construir</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>144</b>	<b>137</b>	<b>5,10</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>144</b>	<b>137</b>	<b>5,10</b>
Superávit técnico acumulado	144	137	5,10
Reserva de contingência	144	137	5,10
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>451</b>	<b>351</b>	<b>28,35</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>438</b>	<b>342</b>	<b>28,09</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>38,57</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>209</b>	<b>164</b>	<b>27,50</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>209</b>	<b>164</b>	<b>27,50</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

## PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE III (CD)

Cumpra-se declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2014, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

Não há Provisões Matemáticas relativas à parte do Plano com característica de Benefício Definido porque foram desenvolvidas em 30/06/2014 pelo Regime Financeiro de Repartição Simples e os valores relativos à parte com característica de contribuição definida foram informados pela Entidade na posição de 31/12/2014.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00	
<b>- Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$</b>	<b>51.236,34</b>
- Contribuição Definida	R\$	51.236,34
- Saldo de Contas dos Assistidos	R\$	51.236,34
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	R\$	0,00
<b>- Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$</b>	<b>3.590.823,97</b>
- Contribuição Definida	R\$	3.590.823,97
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$	1.241.811,13
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$	2.349.012,84
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$	0,00
<b>- Provisões Matemáticas a Constituir<sup>(1)</sup></b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
<b>- Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>R\$</b>	<b>3.642.060,31</b>
<b>- Fundo Previdencial</b>	<b>R\$</b>	<b>438.121,27</b>
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	R\$	2.540,88
- Revisão de Plano	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$	435.580,39

Relativamente aos compromissos do plano concebidos na modalidade de Benefício Definido o valor obtido no exercício de 2013 foi de R\$ 46.043,57, enquanto que no exercício de 2014 foi de R\$ 49.788,84.

Esta variação é decorrente da alteração na base de dados.

Foi criado o Fundo Previdencial (Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial) no valor de R\$ 435.580,39 com a finalidade de registrar, conforme orientação da Entidade, o valor presente dos compromissos futuros decorrentes da invalidez e morte mensurado pelo regime de capitalização, método agregado e Fundo Previden-

cial ( Reversão de saldo por exigência Regulamentar) no valor de R\$ 2.540,88 com a finalidade de registrar parte das contribuições não utilizadas na concessão de benefícios.

Para a parte do plano concebida na modalidade de “Contribuição Definida”, Benefícios Programáveis, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes.

Para a parte do plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- a) ingresso de participantes
- b) desligamento de participantes;
- c) comportamento da evolução salarial;
- d) rentabilidade incompatível com a esperada;
- e) tábuas biométricas;

#### Esclarecemos ainda, que:

##### a) Dados e Estatísticas

Os dados dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 30/06/2014.

O cadastro de participantes recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistências, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações enviadas à análise da entidade. Registramos que não é garantido que todas as distorções tenham sido identificadas e analisadas, entretanto diante da responsabilidade da Entidade, do Patrocinador e de seus representantes legais sobre a conformidade e autenticidade das informações prestadas, os dados individuais foram considerados aceitáveis após os ajustes necessários;

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual 235, sendo 192 do sexo masculino e 43 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 43,25 anos e a média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano é igual a 12,91 anos.

Não há participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

O total de participantes assistidos é de 1, com 55 anos de idade e um complemento no valor de R\$ 59,38.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 3 e o total de beneficiários é de 5, com benefício médio de R\$ 115,06.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 25,27 anos.

##### b) Regulamento

Este parecer tem como base a avaliação atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria MPS/PREVIC/DITEC Nº 385, segundo publicação no Diário Oficial de 19/07/2013;

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está aberto a novas adesões, sendo não complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

##### c) Hipóteses Atuariais

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, sendo subsidiados pelos estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através da CT-1701/2014 e pelos técnicos da área de investimentos.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO:** 0%a.a. participantes autopatrocinados e 1,3% a.a. para os demais participantes.  
**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CEDAE - DF Nº 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.
- **HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS:** 0%a.a.

**Justificativa:** Conforme informação do Patrocinador não há previsão de realização de concurso para admissão.

- **HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE (%):** 1%a.a.  
**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CEDAE - DF Nº 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **TAXA REAL ANUAL DE JUROS:** 5,5% a.a.  
**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):** Cota Patrimonial

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIOS DO INSS:** não aplicável

**Justificativa:** O Plano independe de valores concedidos pelo INSS.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:** não aplicável

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS:** 1

**Justificativa:** Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:** não aplicável

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS:** não aplicável

**Justificativa:** O Plano independe de valores concedidos pelo INSS.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M / AT-49

**Justificativa:** Definida considerando as características da massa de participantes do Plano, e definida com base nos resultados do teste de aderência desenvolvido para os participantes dos demais planos patrocinados pela CEDAE e observado o disposto na Resolução CGPC 18/2006 no que se refere à sobrevivência.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS

**Justificativa:** Considerando as características da massa de participantes do Plano e definida com base nos resultados do teste de aderência desenvolvido para os participantes dos demais planos patrocinados pela CEDAE.

- **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ:** IAPB57 FRACA

**Justificativa:** Considerando as características da massa de participantes do Plano e definida com base nos resultados do teste de aderência desenvolvido para os participantes dos demais planos patrocinados pela CEDAE.

- **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS:** não há

- **HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** não aplicável

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS:** não há

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano referente a parte concebida na modalidade de benefício definido foi dimensionado segundo os regimes de:

- Repartição Simples: Renda de Aposentadoria por Invalidez, Renda de Pensão por Morte;
- Repartição de Capitais de Cobertura: Não há benefício sendo avaliado por esse regime financeiro;
- Capitalização: Não há benefício sendo avaliado por esse regime financeiro;

Foram adotados os referenciais indicados pela Patrocinadora e Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

● **TAXA REAL ANUAL DE JUROS:** 5,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

● **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):** Rentabilidade do Plano

**Justificativa:** Conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.

● **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:** 1

**Justificativa:** Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a.

● **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M

**Justificativa:** Tábua definida considerando que tem como objetivo a determinação do ritmo de saque dos recursos pelos participantes ou seus beneficiários.

● **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS

**Justificativa:** Tábua definida considerando que tem como objetivo a determinação do ritmo de saque dos recursos pelos participantes ou seus beneficiários.

● **HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** Informado pelo participante por ocasião da concessão do benefício.

**Justificativa:** Na concessão do benefício utiliza-se a família real informada pelo participante.

● Taxa Real Anual de Juros, que passou de 5,75% a.a. para 5,50% a.a.;

● Projeção de Crescimento Real de Salário, que passou de 0,92% a.a. para 1,30% a.a.;

● Hipótese sobre Rotatividade que passou de 0% a.a. para 1% a.a.;

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

Conforme informação da Entidade, a rentabilidade do plano de benefício, no exercício de 2014, atingiu o percentual de 11,12%, resultando em Rentabilidade real líquida de 4,61%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 6,23% no período.

#### d) Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

<b>Ativo Bruto</b>	<b>R\$ 4.496.199,59</b>
Exigível Operacional	R\$ 209.398,15
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 62.350,47
<b>Ativo Líquido dos Exigíveis</b>	<b>R\$ 4.224.450,97</b>

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

#### e) Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está superavitário, tendo sido registrados R\$ 144.269,39, em Reserva de Contingência.

#### f) Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado na Nota Técnica 03/2014.

Recomendamos a manutenção do plano de custeio para o exercício de 2015 e que seja destinado o percentual de 6,7331% da contribuição patronal para a cobertura dos benefícios de risco.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

**Paula Vieira Machado da Cunha**  
**Castro D'Almeida Marques**  
 Atuária MIBA 1374

**Marília Vieira Machado da Cunha Castro**  
 Atuária MIBA 351

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Repartição Simples: Não há benefício sendo avaliado por esse regime financeiro;
- Repartição de Capitais de Cobertura: Não há benefício sendo avaliado por esse regime financeiro;
- Capitalização (método financeiro): Renda de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Renda de Aposentadoria Antecipada, Renda de Aposentadoria por Invalidez, Renda de Pensão por Morte e seus respectivos abonos anuais;

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE III (CD)

SEGMENTOS	MÍNIMO	META	MÁXIMO	Alocação de Recursos
RENDA FIXA	85%	95%	100%	98%
RENDA VARIÁVEL	0%	0%	0%	0%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	0%	0%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%	0%
IMÓVEIS	0%	0%	0%	0%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	2%	5%	15%	2%

\* Posição em 31/12/2014

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	TR	0,00%

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,75%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,75%

Rentabilidade - Plano Prece III	2014	
	Segmento	Rent. Bruta
Renda Fixa	10,95%	10,95%
Empréstimos a Participantes	24,82%	24,82%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Passamos por mais um ano repleto de incertezas e dificuldades no que tange aos cenários econômico e financeiro. Houve a expectativa durante todo o ano de possíveis aumentos da taxa de juros - SELIC visando conter a inflação, fato que ocorreu em três oportunidades. Os aumentos graduais foram até certo ponto surpreendentes para o mercado de renda fixa, alterando as expectativas e as estratégias adotadas por vários gestores. Além das tensões econômicas e políticas internas, especialmente no que tange a inflação e

às eleições presidenciais, no mercado internacional tivemos EUA com expectativas de retirada dos estímulos monetários; Europa com dificuldades para superar o cenário recessivo de alguns países; e a China com redução de estímulos ao crescimento e aumento da taxa de inflação.

Desta forma, o Plano Prece III alcançou rentabilidade de 11,12%, superior ao principal benchmark de mercado, o CDI, que teve variação positiva de 10,76%. Resultado positivo oriundo da ótima performance de ambos os segmentos de aplicação.

Rentabilidade - Plano Prece III	2014	
	Fundos de Investimento	Rent. Bruta
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	10,67%	10,67%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

PRECE III	R\$
Custo com CETIP/SELIC e Taxa de Custódia	784,85
<b>TOTAL</b>	<b>784,85</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos(do plano para o PGA)(*)</b>	<b>16.610,40</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do Balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão Administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE CV

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL			
PLANO: PRECE CV	Valores Expressos em Milhares de Reais		
CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Varição
	2014	2013	(%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.845.615</b>	<b>1.804.690</b>	<b>2,27</b>
Disponível	3.126	2.206	41,67
Recebível	651.414	606.708	7,37
Investimento	1.191.075	1.195.776	(0,39)
Fundos de Investimento	987.122	1.006.286	(1,90)
Investimentos Imobiliários	145.124	128.951	12,54
Empréstimos	33.136	34.878	(4,99)
Outros Realizáveis	25.693	25.661	0,12
Permanente	0	0	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>19.039</b>	<b>26.178</b>	<b>(27,27)</b>
Operacional	15.359	25.271	(39,22)
Contingencial	3.680	907	305,64
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>10.840</b>	<b>7.513</b>	<b>44,28</b>
Fundos Administrativos	4.934	3.803	29,74
Fundos dos Investimentos	5.906	3.710	59,19
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>1.815.737</b>	<b>1.770.999</b>	<b>2,53</b>
Provisões Matemáticas	1.929.798	1.817.395	6,18
Superávit/Déficit Técnico	(114.061)	(46.396)	145,84

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL

PLANO: PRECE CV

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	1.770.999	1.758.778	0,69
<b>1. Adições</b>	200.338	160.594	24,75
(+) Contribuições	101.303	135.856	(25,43)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	99.035	24.738	300,34
<b>2. Destinações</b>	(155.600)	(148.373)	4,87
(-) Benefícios	(149.320)	(144.075)	3,64
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.852)	(589)	384,13
(-) Custeio Administrativo	(3.429)	(3.709)	(7,56)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	44.738	12.221	266,07
(+/-) Provisões Matemáticas	112.403	98.942	13,60
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(67.665)	(86.721)	(21,97)
<b>4. Operações Transitórias</b>	0	0	0,00
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	1.815.737	1.770.999	2,53
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	10.840	7.513	44,28
(+/-) Fundos Administrativos	4.934	3.803	29,74
(+/-) Fundos dos Investimentos	5.906	3.710	59,18

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO - DPT

PLANO: PRECE CV

Valores Expressos em Milhares de Reais

CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2014	2013	(%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	1.840.682	1.800.888	2,21
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	1.929.798	1.817.395	6,18
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	1.274.380	1.230.075	3,60
Contribuição Definida	383.659	388.845	(1,33)
Benefício Definido	890.721	841.230	5,88
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	655.418	587.320	11,59
Contribuição Definida	655.418	587.320	11,59
Saldo de contas-parcela patrocinador (es)/instituidor(es)	37.680	24.730	52,37
Saldo de contas-parcela participantes	617.738	562.590	9,80
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a construir</b>	0	0	0,00
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	(114.061)	(46.396)	145,84
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	(114.061)	(46.396)	145,84
(-) Déficit técnico acumulado	(114.061)	(46.396)	145,84
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	0	0	0,00
<b>3. Fundos</b>	5.906	3.710	59,18
<b>3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial</b>	5.906	3.710	59,18
<b>4. Exigível Operacional</b>	15.359	25.271	(39,22)
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	15.321	14.653	4,56
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	38	10.618	(99,64)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	3.680	907	305,64
<b>5.1 Gestão Previdencial</b>	3.680	907	305,64

## PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE CV

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2014, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas relativas à parte do Plano com característica de Benefício Definido a seguir apresentadas foram dimensionadas em 30/06/2014 e atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2014 e os valores relativos à parte com característica de contribuição definida foram informados pela Entidade na posição de 31/12/2014.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00	
<b>- Benefícios Concedidos</b>	<b>R\$</b>	<b>1.274.379.959,30</b>
- Contribuição Definida	R\$	383.659.158,01
- Saldo de Contas dos Assistidos	R\$	383.659.158,01
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$	890.720.801,29
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$	500.955.856,69
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	R\$	389.764.944,60
<b>- Benefícios a Conceder</b>	<b>R\$</b>	<b>655.417.623,33</b>
- Contribuição Definida	R\$	655.417.623,33
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$	37.679.933,13
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$	617.737.690,20
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$	0,00
<b>- Provisões Matemáticas a Constituir<sup>(1)</sup></b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
<b>- Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>R\$</b>	<b>1.929.797.582,63</b>
<b>- Fundo Previdencial</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	R\$	0,00
- Revisão de Plano	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$	0,00

O valor das Provisões Matemáticas obtido no exercício de 2013 projetado para a data base do cadastro de 2014, correspondeu a R\$ 1.860.573.779,77, enquanto que o valor obtido para as provisões matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2014, foi de R\$ 1.898.050.264,92. Parte desta variação é decorrente das alterações das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial de 2014.

Para a parte do plano concebida na modalidade de “Contribuição Definida”, Benefícios Programáveis, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a determinação da patrocinadora e participantes.

Para a parte do plano concebido na modalidade de “Benefício Definido”, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- comportamento da evolução salarial;
- rentabilidade incompatível com a esperada;
- composição familiar;
- tábuas biométricas.

**Esclarecemos ainda, que:**

#### **a) Dados e Estatísticas**

Os dados dos participantes e assistidos utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 30/06/2014.

O cadastro de participantes e assistidos recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistência, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações submetidas à análise da entidade.

Considerando que é de responsabilidade da entidade e do patrocinador a veracidade e completude dos dados individuais e das informações prestadas, registramos que de nossa parte somente as distorções identificadas foram analisadas e que, após a aplicação dos ajustes recomendados, foram consideradas consistentes para desenvolvimento do cálculo.

O total de participantes ativos do Plano é igual a 2.869, sendo 2.515 do sexo masculino e 354 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 55,63 anos e a média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano é igual a 2,03 anos.

Não há participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

O total de participantes assistidos é de 2.420, sendo 305 participantes recebendo benefício de aposentadoria por invalidez e 2.115 recebendo benefícios de aposentadoria normal/antecipada. Os assistidos inválidos tem idade média de 61,01 anos de idade e benefício médio de R\$ 1.162,12. Já os demais assistidos tem idade média de 72,51 anos de idade e benefício médio de R\$ 3.198,09.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 1.685, o total de beneficiários é de 1.846 com benefício médio de R\$ 1.965,29.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 13,14 anos.

## b) Regulamento

Este parecer tem como base a avaliação atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 98, de 22/02/2011, segundo publicação no Diário Oficial de 23/02/2011.

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano não está aberto a novas adesões, sendo não complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

## c) Premissas Atuariais

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade, sendo subsidiados pelos estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através da CT-1702/2014 e pelos técnicos da área de investimentos.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO:** 0%a.a. participantes autopatrocinados e 1,35% a.a. para os demais participantes.

**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CE-DAE - DF Nº 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **HIPÓTESES SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS:** 0%a.a.

**Justificativa:** O plano está fechado a novas adesões.

- **HIPÓTESES SOBRE ROTATIVIDADE (%):** 1%a.a.

**Justificativa:** Percentual informado pelo expediente CE-DAE - DF Nº 206/2014, em conformidade com o item 1 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **TAXA REAL ANUAL DE JUROS:** 5,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):** INPC

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS:** não aplicável

**Justificativa:** O Plano independe de valores concedidos pelo INSS.

- **PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:** não aplicável

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS:** 1

**Justificativa:** Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:** não aplicável

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS:** não aplicável

**Justificativa:** O Plano independe de valores concedidos pelo INSS.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M / AT-49

**Justificativa:** Definida considerando o resultado do Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013, conforme o disposto na Resolução 18/2006 e aprovado em Diretoria.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS

**Justificativa:** Definida considerando o resultado do Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013, conforme o disposto na Resolução 18/2006 e aprovado em Diretoria.

- **TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ:** IAPB 57 FRACA

**Justificativa:** Definida considerando o resultado do Estudo de Aderência realizado pelo Atuário responsável pelo plano, em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 7, de 12/12/2013, conforme o disposto na Resolução 18/2006 e aprovado em Diretoria.

- **OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS:** não há

**Justificativa:** Não há.

- **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** Gerado em função das informações encaminhadas para a avaliação atuarial - Hx\_2013

**Justificativa:** Família real no caso das pensões concedidas e para as pensões a conceder admiti-se o Hx\_2013.

Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, foram adotados os seguintes referenciais atuariais para a parte do Plano de Benefícios concebida na modalidade de contribuição definida:

- **TAXA REAL ANUAL DE JUROS:** 5,5% a.a.

**Justificativa:** Percentual definido considerando estudo produzido pela consultoria FRP, ratificado pelo AETQ e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em conformidade com o item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

- **INDEXADOR DO PLANO:** Rentabilidade do Plano

**Justificativa:** De acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

- **FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE:** 1

**Justificativa:** Considerando que esta hipótese é redutora dos valores apresentados, foi adotado fator compatível com a inflação de 0% a.a.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL:** AT-83 BASIC M

**Justificativa:** Tábua definida considerando que tem como objetivo a determinação do ritmo de saque dos recursos pelos participantes ou seus beneficiários.

- **TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:** WINKLEVOSS

**Justificativa:** Tábua definida considerando que tem como objetivo a determinação do ritmo de saque dos recursos pelos participantes ou seus beneficiários.

- **HIPÓTESES SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS:** Informado pelo participante por ocasião da concessão do benefício.

**Justificativa:** Na concessão do benefício utiliza-se a família real informada pelo participante.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na rea-

valiação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

- Taxa real anual de juros, que passou de 5,75% a.a. para 5,50% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real de Salário que passou de 0,58%a.a. para 1,35%a.a.;
- Hipótese sobre rotatividade que passou de 0%a.a. para 1%a.a.;

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Parte em "Benefício Definido"

- Repartição Simples: benefícios de risco a conceder a participantes ativos;
- Repartição de Capitais de Cobertura: não há benefício sendo avaliado nesse regime financeiro;
- Capitalização (Método Agregado): para os participantes assistidos que optaram pelo recebimento de renda vitalícia e beneficiários em gozo de pensão decorrentes da opção do participante pela renda vitalícia.

- Parte em "Contribuição Definida"

- Repartição Simples: não há benefício sendo avaliado nesse regime financeiro;
- Repartição de Capitais de Cobertura: não há benefício sendo avaliado nesse regime financeiro;
- Capitalização (Método Financeiro): para os participantes assistidos que optaram pelo recebimento de renda por prazo indeterminado ou determinado e beneficiários em gozo de pensão decorrentes da opção do participante pela renda indeterminada.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

Conforme informação da Entidade, a rentabilidade do plano de benefício, no exercício de 2014, atingiu o percentual de 11,32%, resultando em Rentabilidade real líquida de 4,79%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 6,23% no período.

#### d) Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

<b>Ativo Bruto</b>	<b>R\$ 1.845.615.714,06</b>
Exigível Operacional	R\$ 15.358.713,06
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>R\$ 3.679.809,19</b>
Fundos, exceto Previdencial	R\$ 10.840.856,94
<b>Ativo Líquido dos Exigíveis</b>	<b>R\$ 1.815.736.334,87</b>

Este valor, segundo a Entidade, está segregado em:

- R\$ 776.659.553,53, para a cobertura da parte BD, e incluindo os benefícios de risco;
- R\$ 1.039.076.781,34 para a cobertura da parte CD.

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

#### e) Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas relativas a parte do plano mantida na modalidade de benefício definido com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis para esta parte do plano, constatamos que o Plano está deficitário em 13,52% das Provisões Matemáticas.

Considerando o disposto no artigo 28 da Resolução CGPC no. 26/2008 recomendamos o acompanhamento dos resultados observados para adoção das medidas cabíveis ainda no exercício de 2015.

#### f) Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 04/2014.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

**Paula Vieira Machado da Cunha**  
**Castro D'Almeida Marques**  
 Atuária MIBA 1374

**Marília Vieira Machado da Cunha Castro**  
 Atuária MIBA 351

## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE CV

SEGMENTOS	MÍNIMO	META	MÁXIMO	Alocação de Recursos
RENDA FIXA	40%	55%	100%	66%
RENDA VARIÁVEL	20%	35%	70%	18%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	10%	15%	20%	0,26%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%	0%
IMÓVEIS	5%	5%	8%	12%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	3%	5%	15%	3%

\* Posição em 31/12/2014

Existe um desenquadramento passivo no segmento de imóveis, fruto das reavaliações, reflexo do crescimento dos valores dos imóveis no mercado.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	INPC	5,75%

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,75%
Renda Variável	IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; MLCX; SMLL; ISE; ICO2; ITEL; IEE; INDX; ICON; IMOB; IFNC; IMAT; ITAG; IGC; INPC+5,75%
Invest. Estruturados	IFM; IMM; ILS; IFM-1; IFM-M; IHFA; IFIX; INPC+5,75%
Invest. No Exterior	MSCI WORLD INDEX; IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; INPC+5,75%
Imóveis	IGP-M; IGP-DI; INPC+5,75%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,75%

Rentabilidade - Plano Prece CV	2014	
Segmento	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Renda Fixa	7,50%	7,50%
Renda Variável	3,51%	3,51%
Inv. Estruturados	-15,25%	-15,25%
Imóveis	36,89%	36,89%
Empréstimos a Participantes	39,34%	39,34%
Meta atuarial - INPC + 5,75%	12,35%	12,35%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Passamos por mais um ano repleto de incertezas e dificuldades no que tange aos cenários econômico e financeiro. Houve a expectativa durante todo o ano de possíveis aumentos da taxa de juros - SELIC visando conter a inflação, fato que ocorreu em três oportunidades. Os aumentos graduais foram até certo ponto surpreendentes para o mercado de renda fixa, alterando as expectativas e as estratégias adotadas por vários gestores. Em relação ao mercado de renda variável, este terminou mais um ano com performance negativa. Além das tensões econômicas e políticas internas, especialmente no que tange à inflação e às eleições presidenciais, no mercado internacional tivemos os EUA com expectativas de retirada dos estímulos monetários; Europa com dificuldades para superar o cenário recessivo de alguns países; e a China com redução de estímulos ao crescimento e aumento da taxa de inflação, sendo alguns destes fatores preponderantes para o fraco desempenho do índice Bovespa.

Desta forma, o Plano Prece CV gerou rentabilidade de 11,32%. Destacamos a excelente rentabilidade dos segmentos de Imóveis e Op. com Participantes.

Rentabilidade - Plano Prece CV	2014	
Fundos de Investimento	Rent. Bruta	Rent. Líquida
FIC Guandu	7,39%	7,39%
FIC Sarapuí	3,51%	3,51%
FIM Imunana	-15,25%	-15,25%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é mínimo, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são basicamente as mesmas.

Gestão Interna	Taxa de administração	Taxa de performance
FIC Guandu	0,09% a.a. ou valor mínimo de R\$ 10.416,67	Não há
FIC Sarapuí	0,09% a.a. ou valor mínimo de R\$ 20.216,67	

Gestão Terceirizada	Taxa de administração	Taxa de performance
FI Caixa Prece RF	entre 0,07% a.a. e 0,10% a.a.	Não há
FI Caixa Prece IMA-B	entre 0,07% a.a. e 0,10% a.a.	
BRZ Inst. FIC FIA	entre 1,0% a.a. e 2,0% a.a. valor mínimo R\$ 4.200,00 ou entre	20% do que exceder 100% IBR-X 100
Ribeirão das Lajes FIC FIA	0,51% a.a. e 0,76% a.a.	15% do que exceder 100% Ibovespa
Athena Tot. Ret. FIC FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

\* % do patrimônio líquido dos fundos.

PRECE CV	R\$
Custo com CETIP/SELIC e Taxa de Custódia	7.661,33
Corretagens pagas	1.166.022,39
Honorários e Consultorias	925.771,25
Honorários Periciais	4.100,00
Custas Judiciais	85.361,44
Avaliação Imobiliária	21.942,49
<b>TOTAL</b>	<b>2.210.858,90</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos(do plano para o PGA)(*)</b>	<b>5.533.177,03</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do Balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão Administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES

Custo Interno com a área de Investimentos	R\$
Pessoal/Encargos (Diretoria de Investimentos)	2.021.753,57
Consultorias	203.897,68
Honorários Advocatícios	59.931,96
Impostos	4.247,45
<b>TOTAL</b>	<b>2.289.830,66</b>

CONSOLIDADO	R\$
Custo com CETIP/SELIC e Taxa de Custódia	23.137,78
Honorários e Consultorias	1.324.421,86
Honorários Periciais	34.675,00
Custas Judiciais	122.540,13
Avaliação Imobiliária	31.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.536.274,77</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos(do plano para o PGA)(*)</b>	<b>7.769.653,96</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do Balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão Administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## ALTERAÇÃO NO ESTATUTO

Em 22 de julho de 2014 o Estatuto da PRECE passa a ter nova redação. As alterações aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), atualizam e agilizam o modelo de gestão da Entidade, além de propiciar redução dos custos administrativos.

A exemplo da maior parte dos fundos de previdência complementar, com as novas regras, a PRECE, entre outras medidas que podem ser conferidas no referido documento aprovado, reduz o número de diretorias executivas de quatro para três: Diretoria de Seguridade, Diretoria de Investimentos e Diretoria Administrativa e Financeira.

A iniciativa para promover mudanças no Estatuto, que desde 2006 não era atualizado, partiu do Conselho Deliberativo, e as medidas foram elaboradas por uma comissão composta

por representantes dos órgãos colegiados da PRECE – Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal.

De acordo com a legislação vigente, as alterações propostas foram submetidas e aprovadas pela administração das patrocinadoras NOVA CEDAE, CAC e pela própria PRECE.

A Entidade fez questão de manter a transparência durante o processo e divulgou aos seus participantes todas as informações, publicando-as em seu Portal na Internet.

A aprovação do novo Estatuto se deu por meio da Portaria nº 367, assinada pelo diretor de Análise Técnica do Órgão, publicada no Diário Oficial da União.”

A nova versão do documento em questão poderá ser acessada no Portal da PRECE na Internet.

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
**Prece Previdência Complementar**  
Rio de Janeiro – RJ

**1 -** Examinamos as demonstrações contábeis da Prece Previdência Complementar, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **2 - Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **3 - Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **4 - Base para opinião com ressalva**

Os auditores independentes contratados para examinar as demonstrações contábeis dos fundos de investimentos, integrantes da carteira de investimentos da Prece Previdência Complementar, administrados pela Caixa Econômica Federal, não disponibilizaram até a presente data, os relatórios de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis desses Fundos para 31 de dezembro de 2014.

## **5 - Opinião com ressalva**

Sujeitas aos possíveis efeitos em razão do comentário constante do parágrafo 4 acima, em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prece Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o

exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## **6 - Ênfase**

Conforme nota explicativa nº 09, ainda está em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no Processo nº 0000641-32.2011.5.01.0007 apresentado pelo SINTSAMA, mantendo-se a determinação de que a Prece Previdência Complementar, se abstenha de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos Prece I e II.

Atualmente, o processo encontra-se na 14ª Vara Cível da Comarca da capital, sob o nº 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões relacionadas à Previdência Complementar.

O processo movido pelo SINTSAMA foi apensado ao processo nº 0291346-89.2013.8.19.0001 e movido pelo STAECNOM em andamento na mesma Vara Cível, para serem julgados juntos, por conexão.

A PREVIC, em seu relatório de fiscalização nº 29/2013/ERRJ/PREVIC, atestou, dentre outras coisas, que o Plano Prece I, continua deficitário pela não entrada efetiva das contribuições extraordinárias, o que pode ter como consequência a liquidação do Plano, a existência de liminar que suspende as referidas contribuições, mencionou a paridade contributiva da Patrocinadora e sinalizou, que a abertura de um novo processo de migração poderia ser uma solução.

A Prece Previdência Complementar, em uma tentativa de solucionar o problema, para aqueles que não migraram, firmou junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, um acordo juntamente com a CEDAE, CAC, ASAPAE, STIPDAE-NIT, AFTAE, ASEAC, SENGE e SINAERJ, no qual as partes se comprometem a realizar a reabertura do Plano Prece CV, cabendo à Prece Previdência Complementar, até o dia 16 de janeiro de 2015, enviar a PREVIC, o processo de alteração dos Regulamentos dos Planos Prece I e II, para cumprir o acordo pactuado.

O prazo assinado foi cumprido e a Prece Previdência Complementar, enviou a PREVIC, através da CT. PRES. nº 006/2015, a documentação necessária para a autorização de reabertura da migração. O caso encontra-se nas mãos da autarquia para análise, desde então.

A Prece Previdência Complementar, requereu judicialmente, em 09 de fevereiro de 2015, a suspensão dos processos coletivos movidos pelos sindicatos até o término do prazo de migração para o Plano Prece CV, mas ainda não houve despacho da Juíza.

Em cumprimento à Resolução MPS/CNPC nº 13 de 04 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo em reunião de 24 de fevereiro de 2015, aprovou, a cobrança de uma nova contribuição extraordinária correspondente a 7,665 vezes o valor da contribuição normal recolhida ao plano pelos participantes e patrocinadora, a vigorar a partir de abril de 2015, com vistas ao equilíbrio do plano.

Em razão do comentário precedente, foi constituída uma provisão sob o título "Ajustes das Contribuições Extraordinárias", no montante de R\$ 52.582.096,00, conforme mencionada na nota explicativa nº 08 "Composição da Provisão Matemática, Resultados e Fundos", letra (b) "Composição das Reservas Técnicas Atuariais por Plano – Prece I."

Ainda sobre o assunto, de acordo com a Instrução Normativa nº 34 de 24 de setembro de 2009, da Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, foi constituída no presente exercício, uma provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 49.631.383,49 (R\$ 43.574.450,41 em 31/12/2013), sendo R\$ 19.677.729,74 da patrocinadora (R\$ 17.169.603,92 em 31/12/2013), R\$ 19.677.729,74 dos participantes ativos (R\$ 17.169.603,92 em 31/12/2013) e R\$ 10.275.924,01 dos participantes assistidos (R\$ 9.235.242,57 em 31/12/2013).

A referida provisão ocasionou no exercício, uma redução do patrimônio social no valor de R\$ 49.631.383,49 e um aumento do déficit técnico pelo mesmo valor, ou seja, R\$ 49.631.383,49.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2015.

**Jorge Luiz Ferreira Moraes**

Contador

CRC-RJ 043.479/O-2 S-CE

**LOUDON BLOMQUIST**  
AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC-RJ-0064/F-8

## PARECER E VOTO ANUAL DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO DE 2014

Em conformidade com o art. 45, parágrafo 1º, item I, do Estatuto da PRECE Previdência Complementar, consoante ao que estabelece a letra "i", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, este Conselho analisou as Demonstrações Contábeis Consolidadas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios: PRECE I, II, III e CV, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), do exercício financeiro de 2014, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da ATUAS, assinado pela Atuária Marília Vieira Machado da Cunha, MIBA 351, responsável técnica pelos Planos de Benefícios PRECE I, II, III e CV, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Loudon Blomquist – Auditores Independentes, assinado pelo Contador Jorge Luiz Ferreira Moraes, CRC/RJ 043.479/O-2 S-CE, e pelos Relatórios da Consultorys Consultoria Ltda., assinados pelo Consultor do Conselho Fiscal Dionísio Jorge da Silva, CRC 1137-DF. Diante das análises efetuadas, este Conselho recomenda ao Conselho Deliberativo a Aprovação das referidas Demonstrações com as seguintes Ênfases:

### 1) ÊNFASES:

**a)** Ratificação de todas as Ênfases e Ressalvas contidas no Relatório/Parecer da Auditoria Independente, em especial, pela não disponibilização da Caixa Econômica Federal dos relatórios de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis dos fundos de investimentos.

**b)** Os resultados dos Planos: PRECE I, II, CV e PGA foram diretamente afetados pela baixa rentabilidade dos Investimentos da PRECE em 2013 e em 2014.

**c)** A ausência de parágrafo de opinião no Parecer do Auditor Independente sobre a validação e consistência dos Passivos Atuariais, em atendimento a Resolução do CFC 1.023/2005

e item 48 do Guia PREVIC Atuarial. Dessa forma, não nos permite avaliar se os mesmos estão efetivamente consistidos.

**d)** O resultado superavitário do Plano PRECE I apresentado no balanço patrimonial decorreu da avaliação atuarial de 2014, que impactou em um aumento de 106,54% nas provisões matemáticas.

As contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e patrocinador, estão suspensas de recolhimento por decisão judicial desde 2011, sendo provisionadas para perdas, em atendimento a IN/SPC 34/2009.

Conforme Resolução de Diretoria nº 064/2015, excluindo as contribuições extraordinárias, a insuficiência patrimonial (déficit) é de R\$ 379.274.000,95.

**e)** O Déficit Acumulado do Plano PRECE II representa 16,17% das Provisões Matemáticas, sendo o 3º ano consecutivo de déficit, devendo ser apresentado plano de equacionamento em 2015, conforme preconizam as Resoluções do CNPC nº 13, de 2013 e CNPC nº 14, de 2013.

**f)** O Déficit Técnico do Plano PRECE CV representa 13,52% das provisões matemáticas, considerando a parte do plano mantida na modalidade de Benefício Definido, devendo ser apresentado Plano de Equacionamento em 2015, conforme preconizam as Resoluções do CNPC 13/2013 e 14/2013.

### CONCLUSÃO DO VOTO

O Conselho Fiscal da PRECE, diante das análises do Relatório sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2014, constante da Ata da 35ª Reunião Extraordinária deste Colegiado, realizada em 18 de março de 2015, e do Parecer sobre o Exercício de 2014, resolve: aprovar o BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO 2014, conforme relato de Votos, sendo: 1 (um) voto contra e 3 (três) votos a favor, e recomendar ao Conselho Deliberativo a aprovação do mesmo.

Rio de Janeiro/RJ, 18 março de 2015.

Conselho Fiscal da PRECE:

**ANA MARIA DE FREITAS**

*Presidente do Conselho*

**JOSÉ COSTA NETO**

*Membro Efetivo Eleito*

**ORLANDO EDUARDO BEZERRA**

*Membro Efetivo Nomeado*

**EDUARDO F. da SILVA VARGAS**

*Membro Efetivo Nomeado*

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, em cumprimento às determinações expressas no Artigo 22 e no parágrafo único do Artigo 24 do Estatuto desta Entidade, ao disposto nos Artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 109/2001 e no Artigo 19 e seus incisos da Resolução CGPC nº 13/2004, examinou as seguintes matérias apresentadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2014:

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstrações Financeiras;
3. Notas Explicativas;
4. Parecer do Auditor Independente;
5. Pareceres do Atuário Independente;
6. Parecer do Conselho Fiscal; e
7. Voto do Conselho Fiscal.

Quanto às demonstrações contábeis, o Parecer do Auditor Loudon Blomquist – Auditores Independentes (CRC-RJ-0064) reflete a correção dos valores.

Quanto às manifestações expressas, sob a forma de Ênfases, pelo Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo apresenta as seguintes considerações:

**1** - Quanto à não disponibilização, pela Caixa Econômica Federal, dos relatórios de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis dos fundos de investimentos sob sua administração, este Conselho registra que a supra referida disponibilização, já ocorreu, pela mencionada entidade financeira, sem descumprimento do prazo legal (31 de março de 2015), embora não a tempo de serem apreciados pelo Conselho Fiscal.

**2** - Quanto à validação e consistência dos passivos atuariais, em atendimento à Resolução do CFC 1023/2005 e item 48 do Guia PREVIC Atuarial, este Conselho exige, por parte da Auditoria Independente, o cumprimento imediato desta obrigação.

**3** - Quanto aos Planos PRECE I e II, uma vez que as contribuições a serem vertidas pela Patrocinadora, Participantes e Assistidos estão sub júdice desde 2011, em função de decisão judicial que determinou a suspensão das mesmas, este Conselho esclarece, conforme Nota 12 das Notas Explicativas

às Demonstrações Contábeis Consolidadas, que da comparação entre o ativo líquido ajustado de R\$ 281.958.899,17 com as provisões matemáticas correspondentes a benefícios concedidos e a conceder de R\$ 661.232.900,12, resulta uma insuficiência patrimonial (déficit) de R\$ 379.274.000,95.

**4** - Quanto ao valor das provisões matemáticas relativas à parte do Plano CV mantida na modalidade de Benefício Definido, comparado com o valor do ativo líquido dos exigíveis, para esta parte do Plano em questão, apontado no parecer atuarial apresentado pela Atuas – Atuários Independentes, este Conselho acolhe a recomendação contida no referido parecer atuarial e determina o acompanhamento dos resultados observados para a adoção das medidas cabíveis ainda no exercício de 2015, conforme o disposto no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008.

Desta forma, em cumprimento às determinações expressas no Artigo 22 e no parágrafo único do Artigo 24 do Estatuto desta Entidade e consoante determinação da Resolução MPS/ CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, após o exame dos seguintes demonstrativos:

1. Balanço Patrimonial do Exercício de 2014;
2. Demonstrações Financeiras;
3. Notas Explicativas;
4. Parecer do Auditor Independente;
5. Pareceres do Atuário Independente;
6. Parecer do Conselho Fiscal; e
7. Voto do Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, na 382ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2015, em cumprimento às determinações expressas no Estatuto desta Entidade e da legislação em vigor, por unanimidade,

### DELIBERA:

Aprovar as contas da Diretoria Executiva da PRECE relativas ao exercício de 2014, uma vez que as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal corroboram com a exatidão das contas da Entidade.

Em 16 de abril de 2015.

**JOSÉ EDUARDO ALBANO DO AMARANTE**

*Presidente do Conselho Deliberativo*



(21) 3282-8160  
(21) 3282-8260

[prece@prece.com.br](mailto:prece@prece.com.br)  
[www.prece.com.br](http://www.prece.com.br)

RUA PREFEITO OLÍMPIO  
DE MELO, 1676 – BENFICA  
RIO DE JANEIRO – RJ  
CEP: 20930-005